

EDIÇÃO 52

ABRIL 2025

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



Consultoria fiscal e de gestão

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH
Duas décadas a apoiar empresas



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

p/ 06 e 07.

AILD: Uma voz constante, por José Governo

AILD: Uma Força Dinâmica, Por Cristina Passas, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista

João Paulo Batalha, Consultor em políticas de integridade

p/ 30.

Diplomacia Em Agosto, a liberdade

Por Francisco Ribeiro Telles, embaixador

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 34.

CCP Na comitiva do Presidente Francês Emmanuel Macron

Por Paulo Marques, Vice-presidente Conselho das Comunidades Portuguesas

p/ 42.

Artes & Artistas Lusos

Tristão de Andrade

p/ 64.

Pela Lente de António Pedro Ferreira

Por Arquivo Fotográfico de Lisboa

Obra de capa

Artista Plástico: Michael De Brito

Dimensões: 40 x 30 cm

Técnica: Óleo sobre tela

Vitoria

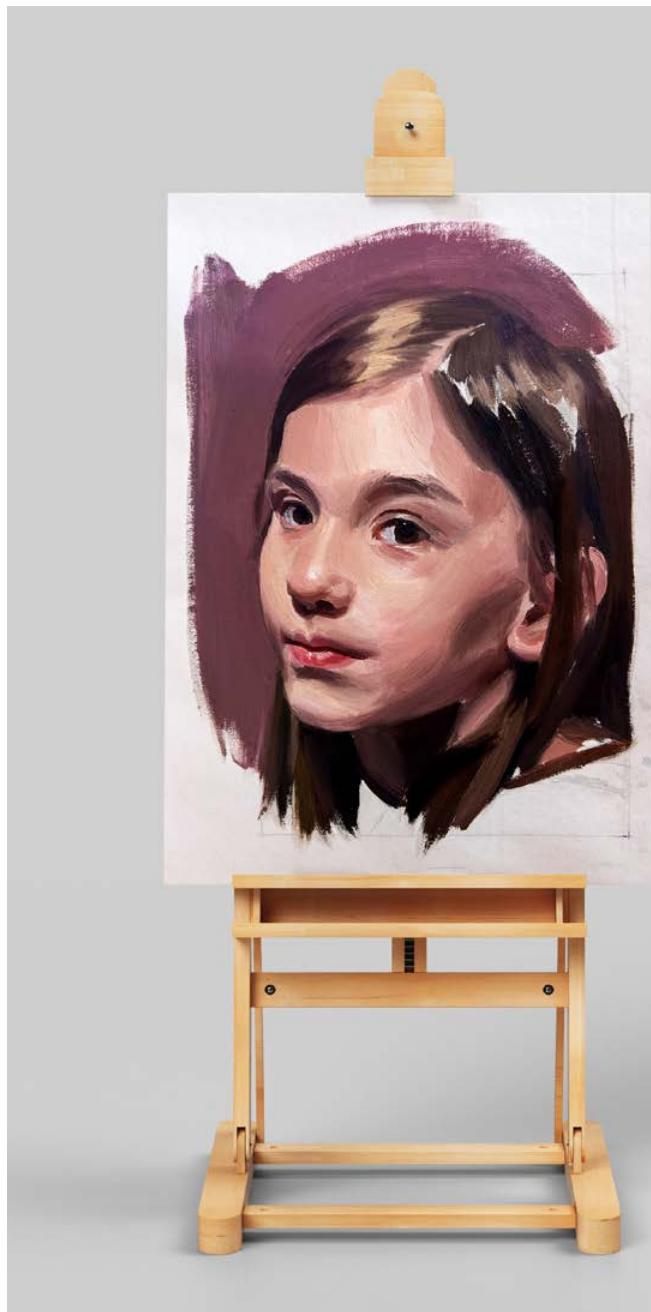
Ela não fala
sobre o que carrega,
mas é visível,
no jeito que seu olhar
se perde na lua
cor-de-rosa e cheia

Seus pés, mal tocando
o chão, seguem o ritmo
de sonhos astrais
que quebram como cachoeiras,
espalhando-se em mil pedaços,
sem deixar de brilhar.

Uma menina pequena,
mas nos seus olhos—
um mundo enorme—
girando, os ventos se movendo,
um futuro ainda por vir.

Ela não pergunta.
Ela observa,
como quem sabe que,
apesar da queda,
o horizonte continuará ali,
esperando por ela.

Marina Carreira
escritora



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | Diretora Adjunta Gilda Pereira | Editores António Monteiro, Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, João Vieira, José Governo, Madalena Pires de Lima, Madalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vitor Afonso | Revisão Daniela Sousa | Design Gráfico Amostra de Letras | Estatuto editorial <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | Editor e Proprietário Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | Administração Fátima Magalhães - 100% capital | Periodicidade Mensal | Contactos E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | Publicidade E: publicidade@descendencias.pt | Anúncios A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela

exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | Direitos Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | Sede Editor/Redação Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | Registo ERC 127522 | Edição 52, abril 2025 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Que linda que é a nossa Vitoria “Ela não fala sobre o que carrega, mas é visível, no jeito que seu olhar se perde na lua cor-de-rosa e cheia”, e que doces são as palavras da nossa Marina. Iniciamos o virar das páginas com a voz e dinâmica da AILD e a tecnologia da Nivvos. Uma empresa a descobrir.

Já com o país em modo eleitoral e com o tema na ordem do dia, nada melhor do que pedir a um dos maiores especialistas portugueses na matéria um retrato sobre a persistência estrutural da corrupção em Portugal, mas pelos vistos “é preciso mudar as regras do jogo”. A não perder! Comemoramos a liberdade com o nosso povo irmão de Timor-Leste e congratulamo-nos com a homenagem de Emanuel Macron à comunidade portuguesa em França. Trazemos os romances de aventuras de Emílio Salgari e os heróis portugueses e damos o palco ao Tristão de Andrade, poeta, escritor, músico, cantautor e como diz, orgulhosamente português. Falamos da natureza como inspiração

tecnológica - Biomimética - que a todos nos vai surpreender. A nossa querida Sarah Luz, pede para que “Salvem a paz”. Junto-me à tua voz, Sarah. Se não sabe o que são Merujas, apresse-se, porque embora “ainda seja tempo delas”, tem um ciclo de vida curto. E já pensou em jogar golfe e, ao mesmo tempo impulsivar o seu negócio? O Alfredo Castanheira, explica-lhe como. Falamos de saúde mental, psíco, terapias e “coisas terapêuticas”, viajamos até ao século XVI e trazemos-lhe um notável olhar fotográfico pela lente do António Pedro Ferreira. Conheça o trajeto de vida da Estrela Matilde que ao fim de 1 ano de regresso a Portugal, nunca sentiu ter saído do seu país do coração. Perpetuamos o hino à Diplomacia e ao Cravo, ou não tivéssemos em abril. Mas afinal por que razão não chamamos «primeira-feira» ao domingo? E acredeite, dos bons ventos, ou ventos fortes, nem tudo são prejuízos. Comemoramos abril com leituras de excelência!

Feliz Páscoa.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| E M D E S T A Q U E

AILD: Uma voz constante não um mero eco eleitoral

A Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD) tem vindo a afirmar-se como uma entidade representativa da sociedade civil, com um papel crucial na defesa dos interesses das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. No entanto, é fundamental que a sua voz não se limite a ressoar apenas em períodos de campanha eleitoral, quando os partidos políticos procuram o apoio destas comunidades.

A AILD deve ser uma força constante, um farol que ilumina as necessidades e aspirações dos lusodescendentes em todos os momentos. A sua ação deve transcender as conjunturas políticas, focando-se na promoção da cultura, língua e identidade portuguesas, bem como na defesa dos direitos e interesses dos seus membros.

É inegável que a AILD pode desempenhar um papel relevante no diálogo com os partidos políticos, apresentando as preocupações e propostas das comunidades lusodescendentes. No entanto, é crucial que esta interação seja pautada pela independência e autonomia, evitando a instrumentalização por parte de qualquer força política.

A AILD deve ser um espaço de debate plural e construtivo, onde as diferentes perspetivas e sensibilidades das comunidades lusodescendentes sejam acolhidas e valorizadas. A sua ação deve ser orientada pelo interesse comum, promovendo a união e a solidariedade entre os seus membros.

Para além do diálogo político, a AILD deve investir em iniciativas que fortaleçam os laços entre os lusodescendentes e Portugal, promovendo o intercâmbio cultural, económico e social. A sua ação deve ser transversal, abrangendo áreas como a cultura, a língua portuguesa, a arte, a ciência, os negócios e empresas, a ação social, o empreendedorismo. A AILD tem o potencial de ser uma voz capaz de defender os interesses das comunidades lusodescendentes e comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo em geral em todas as esferas da sociedade. No entanto, para que isso aconteça, é fundamental que a sua ação seja pautada pela independência, autonomia e transparência, não nos deixando instrumentalizar pelos partidos políticos, tal como houve recentemente essa tentativa.

É tempo de a AILD afirmar-se como uma força constante, um pilar que sustenta a identidade e os interesses dos lusodescendentes em todo o mundo. Que a sua voz não se limite a ecoar em períodos de campanha eleitoral, mas que ressoe com força e clareza em todos os momentos.

Coisa diferente, é nesta campanha eleitoral para as eleições legislativas de 18 de maio de 2025, a participação e o envolvimento das organizações representativas da sociedade civil como sendo fundamental para assegurar que as propostas dos partidos reflitam nos seus programas as verdadeiras necessidades de Portugal.



José Governo
Diretor Executivo da AILD

A letra da música que nos representou em 1989 na Eurovisão, soa nos nossos horizontes... com a certeza que já não é um Mundo Novo, que não vamos conquistar mas vamos aproximar e disseminar a nossa missão “até que a voz nos doa”.

Na AILD, destacamo-nos como uma força dinâmica e abrangente no panorama das associações lusófonas. A nossa singularidade reside na capacidade de atuar de forma híbrida, transcendendo fusos horários e fronteiras, com presença em localidades como Brasil, Macau, França, Inglaterra e, num futuro próximo, Cabo Verde, Angola, Suíça e Países Baixos.

A internacionalização da AILD é um passo essencial para reforçar os vínculos entre os lusodescendentes

e Portugal. Ao estabelecer uma presença física em diversos países, conseguimos responder melhor às necessidades das comunidades portuguesas no exterior e amplificar a voz dos lusodescendentes nas mais variadas esferas da sociedade.

Esta expansão geográfica não se trata apenas de números; é uma estratégia deliberada para criar uma rede global coesa, capaz de atender às necessidades e aspirações das comunidades lusodescendentes em diferentes partes do mundo. A AILD reconhece a lusofonia como um mosaico cultural rico e diverso, procurando fortalecer os laços entre os seus membros independentemente da sua localização geográfica. Ao inaugurar novas delegações, expandi-

| AILD

AILD: Uma Força Dinâmica

mos a nossa capacidade de apoiar as comunidades portuguesas e lusófonas em diversas dimensões, desde a criação de redes de negócios à promoção da participação cívica e cultural. Estas estruturas locais permitem um contacto mais direto com os lusodescendentes e criam espaços para a troca de experiências, partilha de conhecimento e valorização do património imaterial português. Este contacto de proximidade é essencial para compreender as dinâmicas locais e responder de forma eficaz aos desafios e aspirações de cada comunidade.

Ademais, a nossa presença internacional permite estreitar laços com entidades governamentais

e organizações locais, promovendo a cooperação bilateral e multilateral. Este movimento fortalece a divulgação da língua portuguesa, impulsiona o reconhecimento de talentos lusodescendentes e potencia iniciativas de inclusão social e profissional. A internacionalização facilita também o intercâmbio cultural e académico, estabelecendo pontes para o desenvolvimento de projetos colaborativos que reforcem a identidade lusófona no mundo. Com esta visão estratégica e compromisso inabalável, a AILD continua a consolidar-se como uma referência na construção de uma lusofonia global coesa, unida pela sua história, cultura e valores partilhados.



Cristina Passas
Presidente da AILD



EMPRESA ASSOCIADA

Nivvos

Pode-nos contar um pouco sobre o seu percurso profissional do Marcel Araújo antes de se tornar Founder/Managing Director da Nivvos?

Atuo há 25 anos no setor de Tecnologia da Informação, sendo 17 anos no Brasil e 8 anos em Portugal. Antes de assumir a posição de CEO da NIVVOS, tive a oportunidade de passar por experiências enriquecedoras em grandes empresas. Trabalhei no grupo francês Moongy, onde fui responsável por estruturar as práticas de SAP e Salesforce, além de fundar a SOWIN, uma empresa especializada em CRM e ERP. Antes disso, atuei como Senior Manager na Deloitte Brasil, DXC e BearingPoint, onde adquiri uma visão estratégica e operacional robusta sobre o mercado de tecnologia e inovação.

Como surgiu a Nivvos?

A NIVVOS nasceu como um reflexo da minha trajetória profissional e do entendimento das necessidades do mercado. A empresa é o resultado de uma série de iniciativas e expe-

riências alinhadas à constante evolução tecnológica. O nosso propósito vai além do sucesso comercial: buscamos ser um parceiro estratégico para os nossos clientes, oferecendo soluções inovadoras que agregam valor real aos seus negócios. Para isso, reunimos profissionais altamente qualificados de diversas partes do mundo, que compartilham a mesma paixão pela tecnologia e pelo impacto positivo que ela pode gerar.

O que o motivou a entrar no setor em que a Nivvos atua?

A minha motivação vem da paixão por tecnologia e pela forma como ela transforma empresas e a sociedade. Já atuamos neste mercado há mais de duas décadas, e a criação da NIVVOS foi a consolidação natural de anos de experiência e conhecimento acumulado. O nosso objetivo sempre foi contribuir para o crescimento dos nossos clientes, ajudando-os a implementar as melhores práticas e soluções tecnológicas disponíveis.



Marcel Araújo, Founder/Managing Director da Nivvos

O que diferencia a Nivvos no mercado e quais são os principais serviços ou produtos que oferece?

O diferencial da NIVVOS está na combinação de experiência, inovação e foco no cliente. Oferecemos um portfólio de soluções voltado para os ecossistemas de CRM e ERP, sempre alinhados com a estratégia tecnológica e o crescimento sustentável dos nossos clientes. O nosso compromisso vai além da implementação de sistemas – buscamos garantir que as soluções adotadas tragam eficiência, competitividade e evolução contínua para os negócios.

Há alguma inovação específica que a empresa esteja a desenvolver e que possa partilhar?

O foco está na compreensão do comportamento das tecnologias e na melhor forma de aplicá-las. A inovação para nós não se trata apenas de adotar tecnologias de ponta, mas de entender quais são mais adequadas para cada cliente e cada cenário. Estamos constantemente explorando novas tendências, mas sempre com o cuidado de garantir que nossos clientes tenham a maturidade necessária para adotar e maximizar os benefícios das novas soluções.

Como é liderar uma empresa como a Nivvos num mercado competitivo?

Liderar uma empresa num setor altamente competitivo é um desafio constante, mas é justamente isso que nos impulsiona. Acreditamos que a competitividade é saudável e benéfica, pois motiva-nos a sermos melhores a cada dia. No mercado de tecnologia, não são apenas os mais fortes que prosperam, mas sim os mais ágeis e adaptáveis. O nosso compromisso é com a excelência e a inovação, e isso reflete-se na forma como enfrentamos os desafios e buscamos sempre impactar positivamente a vida das pessoas, das empresas e da sociedade como um todo.

A internacionalização faz parte dos planos da empresa? Se sim, quais são os principais mercados de interesse?

Sem dúvida. Embora o nosso foco principal no momento seja consolidar a nossa presença no mercado português, já estamos a olhar para novas oportunidades de expansão. Brasil e Espanha são mercados de interesse natural para nós, dada a nossa expertise e as sinergias que temos nesses países. No entanto, a nossa visão a longo prazo é expandir



para outros mercados estratégicos, sempre garantindo que a nossa estrutura de crescimento seja sustentável e bem fundamentada.

Como imagina a Nivvos nos próximos cinco a dez anos?

Temos planos ambiciosos de crescimento para a NIVVOS. Acreditamos que a empresa será tão grande quanto os nossos sonhos, mas, para isso, sabemos que é fundamental construir uma base sólida e avançar com passos estratégicos. Queremos consolidar-nos como referência no mercado de tecnologia, expandindo a nossa presença geográfica e diversificando ainda mais as nossas soluções. O foco é garantir que continuemos a entregar excelência e inovação, mantendo sempre os nossos valores e cultura empresarial.

Qual tem sido a maior lição que aprendeu como CEO da Nivvos?

A maior lição que aprendi, tanto na NIVVOS quanto ao longo da minha trajetória profissional, é a importância da resiliência. O mercado está em constante mudança, e nem sempre as circunstâncias são como gostaríamos. É essencial saber adaptar-se, manter o foco e aproveitar os momentos certos para agir. Assim como no mar, é preciso estar preparado para enfrentar períodos de calmaria, mas também saber aproveitar ao máximo quando os ventos estiverem a favor.

Como sente a portugalidade? É um tema presente na sua empresa?

A portugalidade faz parte da minha identidade e da essência da NIVVOS. Embora tenha nascido no Brasil, tenho raízes e sangue poveiro, e isso reflete-se na forma como enxergo e valorizo Portugal. Na empresa, esse sentimento também está muito presente, pois contamos com uma equipa diversa, composta por muitos imigrantes que escolheram Portugal como lar e que partilham o mesmo carinho pelo país. Acreditamos que a cultura portuguesa e os seus valores agregam um diferencial importante ao nosso modo de trabalhar.

A AILD está a criar uma rede internacional. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?

A iniciativa da AILD é extremamente relevante e necessária. Criar uma rede global de empresários e profissionais permite não apenas fortalecer conexões estratégicas, mas também impulsionar a inovação e o crescimento conjunto. Além disso, a AILD tem um papel fundamental na promoção da cultura e do talento português além-fronteiras, reforçando a presença de Portugal no cenário global. Tenho grande entusiasmo por esta iniciativa e terei todo o gosto em fazer parte dela, contribuindo e colaborando para que o projeto alcance o seu máximo potencial.



Tendo em consideração que esta entrevista será lida por muitos empresários espalhados por todo o mundo, que palavras deixaria sobre a AILD relativamente a esta plataforma global?

A AILD é uma iniciativa de grande valor, não apenas para conectar e fortalecer a colaboração entre empresários ao redor do mundo, mas também para promover a cultura portuguesa e a identidade de Portugal no cenário global.

Esta plataforma facilita a troca de conhecimento, experiências e oportunidades, criando um ecossistema onde o crescimento empresarial se alia à valorização das raízes portuguesas. Ao fomentar sinergias estratégicas entre diferentes mercados e culturas, a AILD contribui para a internacionalização dos negócios, ao mesmo tempo, em que reforça a presença e a influência de Portugal no mundo. É uma iniciativa essencial para quem busca inovação, parcerias sólidas e a difusão dos valores portugueses.



João Vieira
Diretor Geral AILD - Negócios & Empresas



JOÃO PAULO BATALHA

CONSULTOR EM POLÍTICAS DE INTEGRIDADE

Consultor em políticas de integridade e antigo presidente da Transparency International, João Paulo Batalha traça um retrato sobre a persistência estrutural da corrupção em Portugal. Com um percurso que começou no jornalismo e passou pela comunicação e pelo ativismo, João Paulo Batalha defende que, mais do que escândalos pontuais, a corrupção em Portugal é facilitada por um sistema desorganizado, por leis pouco eficazes e por uma cultura que ainda penaliza quem denuncia. Aborda temas como a lentidão da justiça, os riscos no uso dos fundos europeus, a fragilidade dos mecanismos de controlo e a promiscuidade entre interesses públicos e privados. Apesar do retrato exigente, acredita que é possível mudar, mas lembra: não basta mudar de protagonistas — “é preciso mudar as regras do jogo”.



© Tiago Araújo

O seu percurso profissional passou pelo jornalismo, pelas comunicações corporativas e, mais tarde, pelo ativismo e pela consultoria em políticas de transparência e anticorrupção. O que o levou a fazer essa mudança? Foi um percurso planeado ou aconteceu naturalmente, à medida que se foi confrontando com realidades que despertaram em si esta necessidade de intervir?

O único plano que eu tinha era ser jornalista, desde miúdo, desde os meus 12 ou 15 anos. Foi nesse sentido que quis orientar a minha carreira desde o final do liceu. Essa experiência, que foi a única premeditada da minha vida, acabou por ser muito breve e pouco digna de registo. Percebi que, na

verdade, não tinha grande vocação para o jornalismo. Mas sempre trabalhei na área da comunicação.

Em relação ao meu interesse pelas questões da corrupção, ao contrário do que é comum acontecer com pessoas que se confrontam com este problema — que, por vezes, são esmagadas pelo monstro da corrupção —, eu nunca tive nenhuma dessas experiências. Nem sequer, enquanto jornalista, acompanhei casos de corrupção. Mas tinha a sensação de que era um problema recorrente em Portugal e que parecia não avançar nem recuar. Portanto, era um tema que me interessava. Não tinha um interesse específico, nem profissional nem académico — não era a minha área de estudos, nem nada disso. Mas achava que era uma questão que estava





sempre latente em Portugal. Havia casos, falava-se disso, mas depois tudo desaparecia e não existia uma abordagem sistemática de combate à corrupção.

Em 2010, constatei que Portugal era o único país da Europa Ocidental que, na altura, não tinha um capítulo da Transparency International e, nesse ano, contactei a organização para saber se seria possível formar um capítulo e como funcionava esse processo. Eles colocaram-me em contacto com o núcleo de pessoas que já trabalhava na fundação daquele que viria a ser o capítulo português da Transparency International. A partir daí, iniciou-se um trabalho mais sistemático nesta área, que acabou por levar a que eu deixasse de ser, sobretudo, um consultor de comunicação, para me tornar um consultor de políticas de combate à corrupção.

Foi um dos membros fundadores da Transparency International Portugal e presidiu à organização num momento crítico. Como avalia o impacto real da Transparency International no combate à corrupção em Portugal? Considera que existe hoje uma maior consciência coletiva e exigência da sociedade civil relativamente a este problema, ou ainda há um longo caminho a percorrer?

As duas coisas, na verdade. A Transparency International teve um papel importantíssimo — um papel visível, mas também um papel menos visível — no combate à corrupção em Portugal. O papel visível foi, de facto, o de sistematizar a discussão pública sobre o problema da corrupção e a ausência de políticas públicas para o seu combate. Era daquelas questões que se discutiam, e continuam a discutir-se, muito ao sabor dos casos do momento, mas não existia uma discussão organizada sobre políticas públicas, estratégias de combate à corrupção, legislação ou políticas estruturadas. A Transparency International teve o mérito de iniciar essa discussão e, com isso, despertou-se para o problema e, seguramente, contribuiu-se muito para a sensibilização dos cidadãos. Estes eram assuntos tabu em Portugal, antes de a Transparency International se estabelecer no país. Entretanto, a discussão generalizou-se, mas, de fac-

to, o problema persiste. O debate sobre a corrupção alargou-se bastante — tanto o debate em si como as percepções e o envolvimento dos cidadãos —, mas continua a ser pouco profundo. Temos, portanto, um problema de qualidade do debate. Conseguimos alargar a discussão, mas é preciso aprofundá-la. Continuamos a insistir em ver a corrupção como um mero problema de conduta individual de quem está envolvido em cada caso concreto. As pessoas estão sensibilizadas para o tema e repudiam a corrupção, mas fazem-no sobretudo em relação aos praticantes ou às pessoas vistas como tal. Falta-nos ainda uma resposta institucional e de política pública. Precisamos de discutir como é que este problema se traduz em políticas. E essa discussão ainda não entrou verdadeiramente na esfera da opinião pública.

Portanto, acho que houve um avanço — sem dúvida —, mas ainda há muito caminho a percorrer, porque os cidadãos têm de perceber que é necessário encontrar soluções que vão além das lideranças pessoais que estão, em cada momento, no governo ou nos partidos.

Nos últimos anos, Portugal caiu em vários rankings internacionais de percepção da corrupção, o que demonstra que o problema não só persiste, como pode estar a agravar-se. Quais são, na sua opinião, os principais fatores que explicam este retrocesso? São falhas na legislação, falta de meios nas entidades fiscalizadoras, ou um problema mais profundo?

Infelizmente, é um problema mais profundo. É um problema sistémico, estrutural, que costumamos abreviar numa frase-chavão: “falta de vontade política”. Há, de facto, falta de vontade política. Ou seja, este assunto é sempre encarado de forma tática pelos partidos — aproveitando um qualquer embaraço quando esse embaraço afeta o partido do lado, proclamando então que esse partido tem má gente e não se preocupa com o interesse público, ou, numa lógica reativa, quando o problema lhes toca a eles, fazendo propostas, muitas vezes atamancadas, para combater o problema. Por exemplo, a lei que regula o exercício de funções públicas, de 2019, demo-



© Tiago Araújo

rou quase três anos a ser aprovada, precisamente porque foi criada uma comissão específica no Parlamento para o reforço da transparência no exercício dessas funções. Esta comissão pretendia consolidar e organizar a legislação dispersa nesta área, tornando-a mais eficaz, mais sólida, etc. O resultado foi a Lei n.º 52/2019, que deveria ser estável, sólida e bem fundamentada, mas que tem sido revista, em média, uma vez por ano. Isto porque há sempre um novo escândalo que não estava previsto ou que levanta dúvidas na interpretação da lei — e a resposta é sempre legislativa. Falta capacidade para encarar a corrupção como um problema das instituições. Continua a ser vista apenas como um problema de conduta individual de quem está no poder. E o que observamos é que, não só os partidos, mas os próprios líderes se revezam, e continuamos a discutir os mesmos problemas: corrupção, má conduta ética, falta de transparência. Isto não se resolve apenas com a mudança de protagonistas, porque o próprio sistema está mal desenhado. Não tem havido inteligência — até no sentido de os próprios políticos se protegerem — na criação de institui-

ções e mecanismos que apliquem a lei de forma previsível e sólida, e que os ajudem, à entrada e à saída do cargo, a medir e resolver riscos de conflitos de interesses. Como nada disso existe, estamos constantemente perante escândalos.

Em dois anos, tivemos dois governos a cair devido a dúvidas sobre a sua conduta — legal ou ética —, e mesmo assim os partidos não se apercebem de que isto é uma máquina de triturar políticos, e que deviam ter um sistema minimamente funcional. Por isso, continuamos a agir de forma reativa, superficial, e acabamos até por gerar mais ruído, com leis que se contradizem, leis sem aplicação prática, porque as instituições não estão preparadas para as executar. No fim, tudo acaba por recair sobre o sistema judicial, que também não está minimamente capacitado.

Vamos multiplicando instituições e entidades sem mandato claro, que não sabem bem o que estão a fazer nem como se coordenar entre si. Nos últimos anos, criámos, primeiro, uma entidade para a transparência; já existia uma entidade distinta para fiscalizar as contas dos partidos e das campa-



© Tiago Araújo

nhas eleitorais; e criámos ainda um Mecanismo Nacional Anticorrupção para avaliar a implementação dos planos de combate à corrupção. Estas instituições relacionam-se mal — ou nem se relacionam — entre si, e, portanto, temos uma constelação de micro-organismos que não fazem sentido. Esta lógica reativa do poder político gosta muito de criar leis e entidades para mostrar que está a fazer alguma coisa, mas depois não há forma de essas iniciativas se materializarem. Não falamos apenas de uma questão de falta de meios — falamos, sobretudo, de mau desenho institucional e má organização do sistema. Tenho de fazer um esforço para não atribuir à corrupção aquilo que pode ser explicado pela incompetência — e há muita coisa que se explica pela incompetência e pela superficialidade dos decisores políticos. Mas é óbvio que, nesta desorganização, existem inúmeras oportunidades para a corrupção se perpetuar.

Acho que Portugal é, infelizmente, um país corrompido. Mas, antes de sermos um país corrompido, somos um país desorganizado — e a desorganização alimenta a corrupção.

De facto, os nossos responsáveis políticos, por defeito ou por feitio, não têm conseguido organizar o combate à corrupção nem, pelo menos, capacitar minimamente o Estado. E, por isso, estas intervenções — seja por descuido ou deliberadamente — acabam por permitir a continuação dos mecanismos de corrupção e de captura do Estado.

O recente escândalo “Operação Influencer”, que envolveu membros do governo e figuras de relevo, expôs fragilidades nos mecanismos de controlo e prevenção da corrupção em Portugal. Que leitura faz deste caso específico? Como foi tratado pelas autoridades e pelo próprio governo reflete uma maior maturidade institucional, ou revela a incapacidade do sistema de lidar com este tipo de problemas de forma transparente e eficaz?

Acho que, paradoxalmente, revela um pouco das duas coisas. Ou seja, houve uma alteração muito importante, anterior à Operação Influencer, que remonta ao tempo da Troika



© Tiago Araújo

— nomeadamente da parte do Ministério Público —, no que diz respeito à determinação em investigar casos de corrupção, e de grande corrupção. Isso não existia em Portugal. Até à Troika, até à crise, havia casos envolvendo alguns autarcas, mas não se ia muito além disso. Não tínhamos o hábito de investigar situações que envolvessem ministros ou primeiros-ministros, e isso mudou. O facto de, na Operação Influencer, se ter entrado pela primeira vez na residência oficial do primeiro-ministro para realizar uma busca judicial ao seu chefe de gabinete demonstra que há, de facto, uma determinação do Ministério Público em investigar.

Também há uma percepção pública mais aguda relativamente

a estes problemas, o que faz com que o custo político deste tipo de escândalo seja maior e, por isso, os próprios governos reagem. Mas foi nos governos de António Costa que, pela primeira vez, tivemos uma estratégia nacional de combate à corrupção, a criação de novos organismos — como o Mecanismo Nacional Anticorrupção e a Entidade para a Transparência —, um código de conduta para os membros do Governo, entre outras iniciativas. Foi, possivelmente, dos governos que mais fizeram e mais iniciativas tomaram no combate à corrupção. No entanto, acaba por cair com um escândalo relacionado com suspeitas de corrupção. Porquê? Porque estas iniciativas são muito proclamatórias: criam-se muitos escu-



© Tiago Araújo

dos de papel — leis e códigos — que, na prática, depois não existem verdadeiramente.

A Operação Influencer também revelou um problema estrutural de promiscuidade entre decisores públicos e interesses privados. Quando uma investigação começa com o licenciamento de operações de exploração mineira em Trás-os-Montes e, de repente, já está a investigar também o licenciamento de um Data Center em Sines, percebe-se que, a partir do momento em que se entra nos mecanismos de funcionamento interno do Governo — nomeadamente do Ministério do Ambiente e das áreas dos recursos naturais —, começa-se a revelar a existência de muitas relações próximas entre os decisores e os responsáveis políticos.

Fomos criando mecanismos, como os PIN — Projetos de Interesse Nacional —, no tempo do Governo de José Sócrates, que funcionam como vias verdes para a aprovação de grandes projetos. O próprio enquadramento institucional convida a que haja esta relação próxima e direta entre o ministro e o investidor, entre o interesse económico e o chefe de gabinete do primeiro-ministro. E, depois, será um trabalho muito difícil para a Justiça perceber até que ponto isto se trata de informalidade — eticamente condenável, mas não necessariamente criminosa —, e até que ponto é, de facto, crime.

Na minha opinião, a Operação Influencer mostra uma menor timidez institucional por parte do Ministério Público, mas

mostra também que ainda há muito por fazer. Continuamos a ter um sistema político e administrativo que, em grande medida, continua a convidar à corrupção.

Recentemente, Portugal foi um dos países criticados pela União Europeia pela falta de transparência nos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Existe um risco real de desvio ou má utilização destes fundos, dada a falta de fiscalização adequada?

Existe um risco real, e eu acho que devemos encarar esse risco como uma forte probabilidade — para não dizer uma inevitabilidade. Em primeiro lugar, porque o problema começa com o facto de Portugal não ter um plano de desenvolvimento estruturado. Temos uma crónica falta de planeamento.

O PRR surge como uma reação à situação económica pós-pandemia e ao impacto da própria pandemia. Trata-se de uma grande quantidade de dinheiro, inesperada, que tem de ser gasta num curto espaço de tempo. E, portanto, num país que não tem um planeamento de investimentos prévio, fundamentado e discutido publicamente, isso é tóxico. É quase uma licença para roubar. Aliás, vê-se nos discursos políticos — tanto dos sucessivos governos, como do PS, PSD e até do Presidente da República — que existe uma prioridade nacional assumida de gastar o dinheiro, de executar a verba. Mas



© Tiago Araújo

o que significa “executar a verba”? Em que investimentos? Já nem falo apenas do risco de derrapagens orçamentais, de desvios, de fraude ou de duplo financiamento. Refiro-me a investimentos mal feitos, por falta de planeamento, de fundamentação e de debate público.

De facto, esta má experiência acompanha-nos desde os anos 80. É inegável que os fundos europeus contribuíram muito para a capacitação e qualificação do país, bem como para o desenvolvimento de infraestruturas. Mas também houve muito dinheiro mal gasto, que serviu para beneficiar lobbies e financiar campanhas eleitorais, numa lógica de promiscuidade entre o poder político e o poder económico — e, so-

bretudo, porque nunca tivemos uma ideia clara do rumo que queríamos seguir. E acho que continuamos sem a ter. Estas condições de base tornam quase inevitável que haja abusos no uso dos financiamentos europeus. Além disso, se a prioridade política — a grande obsessão — for simplesmente gastar o dinheiro, evitar que haja verbas por utilizar no final da vigência do PRR, então vai haver uma tendência natural para favorecer, no acesso aos fundos europeus, as grandes empresas e organizações com maior capacidade de gerir projetos de grande escala, e, por isso, gastar mais dinheiro. O risco não está apenas no desvio de fundos europeus ou nas fraudes associadas. Está também no facto de que este fun-



© Tiago Araújo

do especial, criado para nos ajudar a recuperar da pandemia e combater algumas das desigualdades económicas que ela agravou, possa acabar por servir, na verdade, para subsidiar ainda mais o crescimento das desigualdades — entre grandes grupos e pequenos grupos, entre grandes interesses económicos e pequenos empreendedores.

Em muitas das investigações de corrupção que chegam a tribunal, vemos processos arrastarem-se por anos, resultando muitas vezes na prescrição dos crimes ou em penas simbólicas. O que está errado no nosso sistema judicial que permite esta ineficácia? É apenas uma questão de falta de recursos e meios humanos, ou há interesses que beneficiam com a lentidão da justiça?

Claramente, a lentidão e a ineficiência da justiça em Portugal funcionam como um passaporte para a impunidade, e há grandes interesses que se beneficiam diretamente dessa impunidade. Não são apenas os grandes arguidos poderoso-

sos que usufruem dessa impunidade, mas também grandes escritórios de advogados, que em Portugal são um “poder acima do poder” e possuem uma capacidade enorme de influenciar não só o desempenho dos tribunais — utilizando todos os recursos dilatatórios que a lei permite — mas também a própria legislação.

Os grandes escritórios de advogados, especialmente nas áreas de maior relevância económica, passam a ser contratados como consultores para a elaboração da legislação de maior impacto económico. Assim, atuam simultaneamente como legisladores, litigantes e lobistas junto do poder executivo, abrindo portas, facilitando negócios e estabelecendo contactos.

Existe um ecossistema corrupto em Portugal que se beneficia diretamente das muitas ineficiências do sistema judicial. É por isso que continuamos a ter um Código de Processo Penal completamente desatualizado e uma incapacidade total de implementar reformas consensuais, reformas óbvias que são discutidas há décadas, e que todos percebem que



© Tiago Araújo

precisariam de ser feitas, mas que nunca são. Isso acontece porque há, de facto, um grande interesse em que o sistema de justiça não funcione quando se trata de crimes de corrupção.

O que temos, portanto, em Portugal, não é exatamente um sistema de justiça que puna as violações da lei de forma igual para todos. Temos um sistema que mantém a ordem e é eficaz no combate ao crime violento e à criminalidade menor, especialmente àquela que pode causar maior alarme social, mantendo os criminosos mais violentos e de classe média ou baixa contidos e eficazmente reprimidos. No entanto, ao mesmo tempo, esse sistema deixa completamente impune o crime cometido pelos “poderosos”. Assim, temos um sistema de justiça que, em última análise, contribui para manter uma sociedade brutalmente desigual.

A imprensa tem um papel fundamental na exposição de casos de corrupção, mas muitas vezes jornalistas que investigam estes temas são alvo de processos judiciais e pressões políticas. Qual é a sua opinião sobre a liberdade de imprensa em Portugal no que toca ao jornalismo de investigação? Existe um ambiente de pressão sobre os jornalistas que dificulta a revelação da verdade?

Eu acredito que, sem dúvida, existe um ambiente de pressão sobre os jornalistas, tal como sobre os cidadãos. Todos nós conhecemos casos, a nível local, de pessoas acusadas de difamação, por exemplo, por fazerem críticas a um Presidente da Câmara nas redes sociais. Portanto, há uma hostilidade ao escrutínio em Portugal, que se aplica aos cidadãos, com represálias.



© Tiago Araújo

À escala nacional, não é muito diferente. Existem inúmeros mecanismos de pressão. Não há tantos processos por difamação movidos por políticos contra jornalistas, por exemplo, porque os políticos não gostam dessa má publicidade, mas há muitos fatores de condicionamento. Até na relação com as fontes de informação, os partidos políticos têm uma enorme capacidade de fornecer conteúdo às redações e, por conseguinte, de influenciar as agendas. Isso é agravado, acredito eu, pelo facto de ver em várias redações que as pessoas que tendem a ser promovidas a cargos de editoria e direção são jornalistas provenientes da área política. Assim, estas pessoas acabam por trazer consigo uma cultura de proximidade com as fontes políticas, o que faz sentido na editoria política e para cobrir a actualidade política, mas levanta problemas maiores quando ocupam cargos de direção.

Além disso, existem outros problemas económicos, como a falta de recursos para investir em jornalismo de investigação. Também se vê claramente, como no caso do BES, a enorme pressão que as grandes empresas conseguem exercer sobre

as redações para condicionar, nomeadamente através do investimento publicitário, a própria sobrevivência dos órgãos de comunicação social. Quando essas grandes empresas, que estão igualmente muito próximas dos partidos políticos e têm relações de enorme promiscuidade entre o poder económico e o poder político, conseguem condicionar dessa forma o trabalho de investigação da corrupção, há um problema sério. Existe, de facto, uma questão de qualidade da democracia relacionada com o pluralismo do jornalismo, e esse é um problema sério, que tem sido discutido, mas que dificilmente se resolve apenas com subsídios públicos para os órgãos de comunicação social privados.

A corrupção não se limita ao setor público, sendo também um problema nas grandes empresas privadas e nos mercados financeiros. Como avalia a transparência das grandes empresas em Portugal? Há um esforço real para prevenir práticas corruptas e garantir uma cultura de compliance, ou tratam-se apenas de medidas para cumprir requisitos legais?

Eu acredito que as empresas respondem, sim, às obrigações legais e regulatórias, o que é mais ou menos natural, visto que a sua vocação é estar no mercado, vender, fazer negócios e gerar lucros. Existe, de facto, nas empresas uma cultura de compliance, no sentido restrito de cumprimento das normas legais, mas isso não é necessariamente uma cultura de integridade. Ou seja, para as empresas, questões como o reporte e a transparência, especialmente com as empresas cotadas, e mais recentemente a obrigação de elaborar planos de risco de corrupção, são custos regulatórios que as empresas assumem, mas que não são verdadeiramente investimentos em integridade.

Aliás, tivemos um bom exemplo disso com dois casos recentes na mesma empresa, a Galp. Há alguns anos, a Galp foi apanhada no escândalo do “Galp Gate”, em que patrocinou ofertas e viagens a governantes e autarcas, incluindo aqueles com quem tinha diferendos, nomeadamente a nível fiscal. A situação foi investigada na altura, mas, em termos penais, houve uma suspensão provisória do processo. No entanto, a prática de oferecer viagens, hospitalidade e estadias a políticos estava expressamente proibida pelo Código de Conduta da Galp, e isso foi completamente ignorado pela própria empresa. Ou seja, a empresa violava de forma assumida, quase alegre, o seu próprio Código de Conduta. Mais recentemente, na mesma Galp, tivemos a demissão de um CEO, que aconteceu sob pressão, por ter violado também o Código de Conduta. Isso significa que a Galp leva agora mais a sério o seu Código de Conduta? Eventualmente, sim. No entanto, fiquei com a sensação de que, por razões que não conseguimos identificar, a empresa decidiu livrar-se do CEO e encontrou nesse incidente um pretexto para forçar a sua saída. Talvez seja uma visão mais crítica da minha parte, mas a verdade é que eu tenho a sensação de que as empresas, de forma natural ou quase intuitiva, cumprem o que a lei manda, mas não vão além disso, tal como os políticos também cumprem o que

a lei manda — às vezes nem isso — e não vão além disso. O problema está na robustez da lei e na assertividade com que ela é ou não é aplicada.

Muitas vezes, quando se fala em corrupção, há um foco nos grandes casos mediáticos, envolvendo figuras políticas e empresariais, mas a corrupção do dia a dia, como pequenos subornos e favores em troca de benefícios, também tem um impacto significativo. Como combater essa mentalidade permissiva relativamente a pequenas infrações que, no fundo, alimentam um sistema mais amplo?

Acho que a resposta é a mesma, tanto para a pequena como para a grande corrupção. Devemos ter uma democracia baseada em instituições, e não apenas em pessoas, com normas culturais e de relacionamento entre as pessoas e as instituições que precisam ser apropriadas e seguidas.

Acredito que a pequena corrupção continuará a existir seguramente, mas é um tipo de corrupção onde, apesar de tudo, fizemos progressos nas últimas duas ou três décadas para combatê-la. A informatização dos serviços ajudou a combater a lógica de cobrar um pequeno suborno de 50 ou 100 euros para colocar um processo no topo da pilha, em vez de deixá-lo em baixo. Muito disso desapareceu, porque criaram-se mecanismos de gestão dos processos, informatização de serviços que permitem rastrear as ações e, portanto, limitam muitas dessas oportunidades. No entanto, ainda existem fenómenos como a “cunha”, com as pessoas a pedirem informações como “onde está o processo?”, “o que se pode fazer para que ele ande mais rápido?”. Continua também a existir algo quase tragicómico, que é o mercado da desconfiança. Ou seja, em muitos casos os serviços melhoraram, e as lógicas do pequeno suborno já não são necessárias, mas a desconfiança está tão entranhada na mentalidade das pessoas que muitos ainda consideram natural pagar 50 euros por um processo





© Tiago Araújo

qualquer. O meu receio é que essa lógica regresse, porque estamos a ver uma degradação dos serviços públicos em várias áreas, o que cria novamente esse incentivo. Quando os serviços públicos estão bem organizados, esse tipo de incentivo não existe.

Como especialista nesta área, se pudesse recomendar uma única reforma estrutural para combater a corrupção em Portugal, qual seria? O que mudaria imediatamente para tornar o sistema mais transparente e eficiente?

Não existe uma única medida mágica; é necessário intervir em várias áreas, como na relação entre a política e a administração pública, no funcionamento das instituições e até nos próprios sistemas eleitorais. Coloco sempre ênfase na pre-

venção e na organização do Estado antes de abordar as questões relacionadas com o funcionamento do sistema judicial, mas, para não fugir à pergunta, dou uma ideia que considero importante: temos de procurar reformas e medidas que alterem os equilíbrios de poder em Portugal. Se a corrupção é um abuso de poder, a melhor forma de combatê-la é retirar o poder a quem tem demasiado e dar mais poder a quem não tem. Ou seja, é necessário equilibrar os poderes. Nesse sentido, considero que há uma medida muito interessante. Seria importante que as pessoas que colaboraram não só na descoberta da verdade, mas também na recuperação de ativos roubados pela corrupção, possam ser recompensadas com uma percentagem dos ativos recuperados. Isso permitiria que denunciantes, assistentes em processos penais e cidadãos se envolvessem na identificação de bens desvia-



dos pela corrupção e, caso esses bens fossem recuperados, as pessoas poderiam ser recompensadas por isso. Isso daria-nos poder para sermos agentes ativos e sermos recompensados. Porque, hoje em dia, as pessoas que combatem a corrupção são esmagadas, perdem as suas carreiras, ficam “radioativas”, enfrentam um ostracismo profissional e social brutal. Portanto, a possibilidade de colaborar com a justiça, identificando ativos e, caso esses ativos sejam recuperados, ser recompensado por isso, seria fundamental. Isso mudaria completamente a estrutura de incentivos e desincentivos à corrupção.

Como mencionei, temos poucas condenações e as que existem resultam, na maioria das vezes, em penas suspensas, sem recuperação de ativos. Portanto, para que o crime deixe de compensar, mais do que aumentar as penas de prisão ou diminuir o número de penas suspensas, seria fundamental recuperar os ativos. Uma medida como esta, que permitisse recompensar as pessoas, seria crucial.

Aliás, já temos o estatuto de assistente em processo penal, que é muito generoso em Portugal, comparado com outros países. Qualquer cidadão pode tornar-se assistente em processos de corrupção. Ou seja, qualquer cidadão pode intervir. E, se pode intervir, também deveria poder participar na recuperação de ativos e ser recompensado por isso.

O seu trabalho como consultor em políticas anticorrupção exige uma grande resiliência e persistência. Alguma vez sentiu que lutava contra um sistema demasiado resistente à mudança? O que o motiva a continuar?

Eu sinto isso todos os dias e tenho pesadelos com isso todas as noites. Lembro-me que, quando a Transparency Interna-

tional Portugal foi criada, agrupou praticamente toda a gente que, de forma isolada e dispersa, falava sobre o tema. Tinha ali uma massa crítica enorme. Recordo-me de achar que, depois de seis meses, a situação estaria completamente diferente. Já lá vão 15 anos e muita coisa mudou, mas estamos longe de onde eu gostaria que estivéssemos.

Portanto, sim, temos um sistema muito resistente à mudança. Temos atores muito resistentes à mudança e é difícil mantermos a esperança de que isto mudará rapidamente.

A esperança que eu tenho não é de que isto mude daqui a seis meses ou com a próxima eleição. A esperança é uma construção que cada um de nós pode fazer, decidindo não desistir. Portanto, a esperança constrói-se. É um exercício, não é um órgão que funciona ou não funciona. É um músculo que podemos exercitar. Porque eu acho, sinceramente, que os políticos são sensíveis à pressão da opinião pública. E essa pressão não pode ser superficial. Todos nós temos de aprofundar o nosso relacionamento com a vida pública, com as entidades públicas. Não necessariamente como combatentes anticorrupção. Se cada pessoa tiver uma causa que lhe seja querida, essa pessoa vai, fatalmente, ter que lidar com as entidades públicas, a nível local e nacional, e nessa relação com as entidades públicas vai precisar de informação, vai querer exigir políticas públicas. Portanto, os cidadãos têm de se infiltrar mais no funcionamento quotidiano das instituições e da democracia. Quando isso acontecer, mesmo que não estejam a fazer ativismo anticorrupção, vão estar a diminuir as oportunidades de corrupção, porque vão estar a criar mecanismos de acompanhamento e de vigilância sobre o Estado, os decisores e as políticas públicas. Portanto, essa esperança de melhoria temos de ser nós a exercitá-la, envolvendo-nos mais do que nos envolvemos hoje.



ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

18 DE MAIO DE 2025

Saiba onde votar:



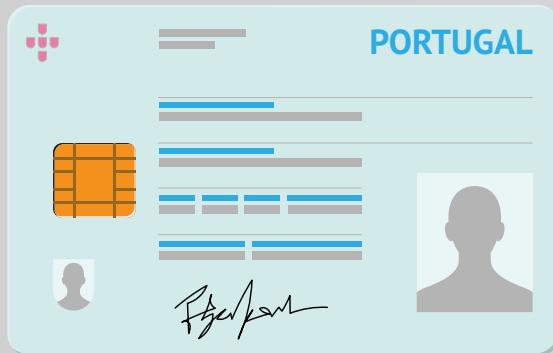
Linha de Apoio ao Eleitor
+351 213 947 101



SMS +351 962 171 000
RE (espaço)
Nº de identificação, (espaço)
data de nascimento,
formato AAAAMMDD.



Portal de Recenseamento
www.recenseamento.pt



Pode votar entre as 8H e as 19H.
Apresente o seu documento
de identificação.



© DR

| D I P L O M A C I A

Em Agosto, a liberdade

«Eu sei que o Povo de Timor-Leste vai passar por um novo banho de sangue, mas sei também que não temos outra alternativa, porque a Pátria é nossa e porque o direito de possuí-la é nosso. E nós estamos preparados para todos os sacrifícios que forem necessários».
Xanana Gusmão, Jacarta, 5 de Abril de 1999

Nestas premonitórias declarações de Xanana Gusmão, proferidas cinco meses antes do referendo em Timor-Leste, residem as dúvidas e inquietações que os Acordos de Nova Iorque de 5 de

Maio de 1999 suscitaram. Como seria possível organizar uma consulta popular em que a responsabilidade exclusiva pelos mecanismos de segurança cabia à Indonésia? A decisão de prosseguir com

a consulta até ao fim, quando as condições mínimas de segurança não estavam reunidas – tal como o próprio Kofi Annan o reconheceu – teria sido um erro e uma irresponsabilidade?

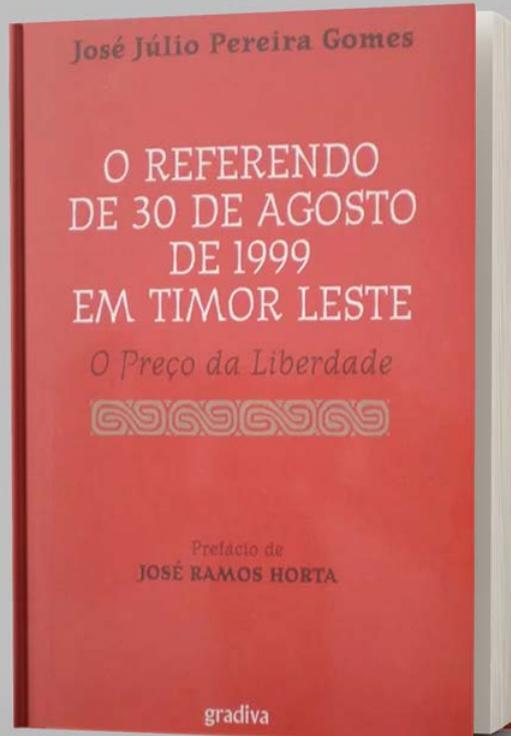
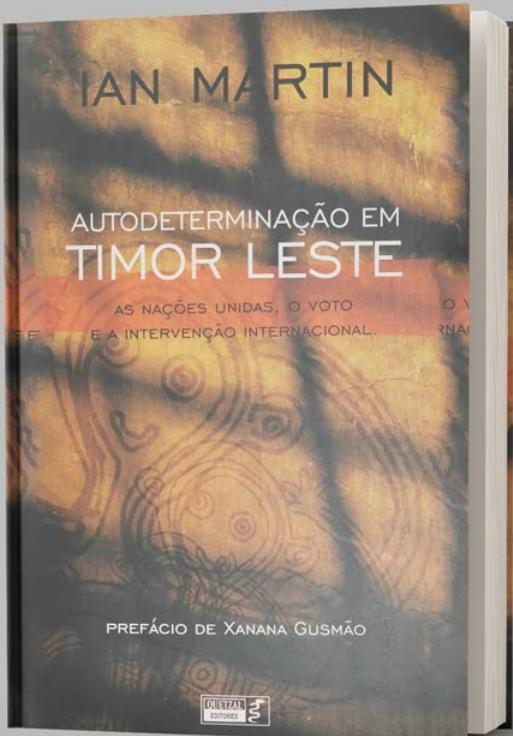
Porque é que a extensão da violência que sobreveio após o referendo, a propósito da qual houvera muitos avisos e ameaças, não tinha sido prevista na sua totalidade e evitada com antecedência? Os textos de Ian Martin e Pereira Gomes têm o mérito de responder a estas questões. Do lado da ONU e de Portugal tornava-se claro que era necessário manter o ímpeto do momento. Sabia-se que havia muito pouco tempo para uma preparação adequada da consulta, mas era necessário manter a data. Como sublinha Ian Martin, o calendário político na Indonésia tornava-se um facto importante nos nossos cálculos. O cenário mais provável seria que o Presidente Habibe fosse afastado quando a Assembleia Consultiva Popular da Indonésia elegesse um novo Presidente

depois de Agosto. Havia a percepção de que a Senhora Megawati Sukarnoputri pudesse vir a ser eleita e isto significaria, muito provavelmente, o adiamento indefinido da votação. Por outro lado, Timor-Leste estava a atrair uma atenção sem precedentes da imprensa com a cobertura quase diária dos principais jornais e cadeias de televisão internacionais. Recorde-se a influência determinante que a CNN teve para a evolução da posição da Administração americana. Corria-se o risco da sua “desmobilização” caso o referendo fosse adiado. Também Pereira Gomes sublinha que adiar naquela altura a consulta não evitaria a violência e implicava para os timorenses um duplo castigo: continuar sujeitos à repressão indonésia e não poder exprimir pelo voto o seu dese-

jo de independência. O adiamento não garantiria a melhoria das condições de segurança. Por certo, as agravaría e não deixaria de «constituir um prémio à violência que nunca deixou de se abater sobre os timorenses». Do lado de Portugal, houve contactos permanentes com os Bispos e representantes políticos da resistência, incluindo Xanana Gusmão. A ONU e Portugal não teriam prosseguido na preparação e negociação do processo de consulta se o CNRT tivesse insistido para que não o fizesse. Ramos Horta no prefácio ao livro de Pereira Gomes ressalta que «não defendi o adiamento da consulta, pois, apesar dos perigos evidentes, havia unanimidade do lado da resistência de que aquela era a oportunidade que não se deveria perder». Os autores reconhecem que as



© DR



condições de segurança impostas pela Indonésia nos Acordos de Nova Iorque eram deficientes, mas a sua rejeição implicaria a não realização da consulta. Como sublinha Ian Martin «o acordo sobre a segurança ficou muito aquém das propostas da ONU para o desarmamento das milícias e neutralização das TNI (Forças Armadas Indonésias), e as próprias propostas da ONU nunca tinham previsto uma força de manutenção de paz antes da votação», tal como advogava Xanana Gusmão e o Bispo Belo. No entanto, ambos sabiam que isso seria impossível. Pereira Gomes recorda que «o esquema de segurança para o período após a consulta tinha de ter o acordo da Indonésia. Pensar em impor à Indonésia uma força de paz com o argumento de que iria – ou poderia – haver “um banho de sangue” releva da pura utopia. Já com a violência generalizada foi difícil convencer a Indonésia a aceitar a intervenção internacional e ninguém com responsabilidade, e capacidade, se mostrou preparado para uma intervenção unilateral

contra a Indonésia. Como seria possível impor, ou levar a Indonésia a aceitar uma acção internacional na base de uma crise grave que, naquele momento, era hipotética?». Acresce que o mandato para uma força de paz só poderia ser concedido pelo Conselho de Segurança que, na altura, não questionava a “bondade” da Indonésia na condução do processo em Timor-Leste e estava mais preocupado em assegurar uma democratização pacífica naquele país. Ainda a este propósito, Ian Martin escreve que «o Presidente Habibe não a poderia aceitar e, ao mesmo tempo, conseguir sobreviver politicamente para a ver implementada. E só a presença da força internacional de paz, com um mandato muito forte, e a retirada da maioria das TNI teriam evitado a violência antes e depois da votação». É óbvio que ninguém estava satisfeito com as medidas de segurança previstas nos Acordos de Nova Iorque, mas os Governos australiano e norte-americano tinham feito saber que, naquele mo-



© DR

mento, uma posição da ONU e de Portugal demasiado intransigente em relação às medidas de segurança poderia comprometer os Acordos. Existiram vozes que a posterior consideraram que a ONU não deveria ter aceite a palavra dos indonésios de que fariam cumprir a lei e manteriam a ordem pública. O não-cumprimento destes compromissos não parecia tão inevitável na altura como agora parece em retrospectiva. Ali Alatas tinha sido bastante incisivo ao sublinhar repetidamente que a oferta das duas opções – autonomia ou independência – era feita pelo Governo indonésio e que este não tinha nenhum interesse em vê-la transformar-se em violência, pois, se isso viesse a suceder, só descredibilizaria as autoridades indonésias aos olhos da comunidade internacional.

Hoje sabemos que a destruição de Timor-Leste foi uma operação planeada, coordenada e dirigida pelas TNI. Desconhece-se ainda o grau de envolvimento da totalidade da

hierarquia do seu comando e o conhecimento cabal que o Governo indonésio tinha das suas acções. Estou convencido de que Ali Alatas quando assinou os Acordos ignorava, em grande medida, o que se estava a preparar. Como, aliás, o demonstrou ao longo das sucessivas negociações ministeriais antes e depois do massacre de Santa Cruz. Os militares indonésios em Díli transmitiam sistematicamente a Jacarta uma visão distorcida e errónea da situação em Timor-Leste. O mérito do livro de Ian Martin consiste numa análise serena e objectiva de um alto responsável da ONU que viveu momentos cruciais e difíceis da história recente de Timor-Leste. O de Pereira Gomes, uma visão lúcida e um relato rigoroso de quem teve a complexa tarefa de chefiar a Missão Portuguesa de Observação em Timor-Leste. Com o valor acrescido de poucos serem os diplomatas portugueses que dão testemunho público e escrito das experiências profissionais que protagonizaram.



Francisco Ribeiro Telles
Embaixador

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Na comitiva do Presidente Francês Emmanuel Macron

uma homenagem à comunidade portuguesa de França



© AR

Ao integrar a delegação presidencial francesa na visita de Estado ao Portugal, testemunhei um momento de reconhecimento histórico para os mais de 8000 eleitos de origem portuguesa e para toda a nossa comunidade

A Honra de Representar a Comunidade: Reflexões sobre a Visita de Estado a Portugal

A visita de Estado do Presidente Emmanuel Macron a Portugal, em fevereiro de 2025, não foi apenas um momento diplomático de alto nível entre dois países aliados e irmãos. Foi

também um sinal profundo de reconhecimento, de confiança e de compromisso com a comunidade luso-francesa, em especial com os mais de 8000 autarcas e eleitos de origem portuguesa em França. Foi com uma honra imensa que integrei oficialmente a delegação presidencial francesa durante esta

visita histórica, um gesto carregado de simbolismo e de futuro. Desde há décadas, os portugueses em França contribuem de forma exemplar para o dinamismo económico, social, associativo e político do país que os acolheu. Esta realidade, tantas vezes invisibilizada, encontrou finalmente o seu justo lugar nos mais altos círculos da República. O convite que me foi dirigido pelo Presidente da República Francesa para fazer parte da sua comitiva não foi apenas um reconhecimento pessoal, mas sobretudo uma homenagem colectiva à nossa comunidade.

Um programa denso, uma ambição comum

A visita do Presidente Macron teve um programa exigente e rico. Entre os pontos altos, destaca-se a cerimónia de passagem de testemunho entre a França e Portugal no âmbito da preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (UNOC), que terá lugar em Nice em junho de 2025. Esta cerimónia, que contou com a presença do Primeiro-Ministro português Luís Montenegro, simbolizou a continuidade e a cooperação entre os nossos países no que toca à proteção dos oceanos — um tema crucial para o futuro do planeta e uma prioridade comum.

Durante a visita, foram igualmente assinados vários protocolos de cooperação estratégica entre França e Portugal, reforçando laços já fortes em domínios como a defesa, a transição energética, a investigação científica, o ensino superior e a inovação tecnológica. Estes acordos não surgem do acaso: são o resultado de um trabalho político sustentado e de uma visão partilhada de uma Europa solidária e soberana. A escolha de Portugal como parceiro estratégico na transição verde e azul não é inocente. É o reconhecimento do potencial do país em matérias como as energias renováveis, a economia do mar e a inovação sustentável. A França, por seu lado, posiciona-se como um parceiro europeu sólido e ambicioso. Esta aliança verde e azul não se limita ao simbolismo: abre portas a investimentos concretos, a parcerias entre universidades, centros de investigação e empresas dos dois países.

Um gesto político forte e carregado de sentido

Ao integrar a comitiva oficial do Presidente da República, tive a honra de representar os eleitos franceses de origem portuguesa, uma realidade muitas vezes ignorada na paisagem mediática e política. Somos mais de 8000 eleitos — autarcas, conselheiros municipais, regionais ou departamentais — que todos os dias contribuímos para o funcionamento democrático da República Francesa. Esta representatividade não tem paralelo noutras países europeus.

Fundador e presidente da Associação dos Eleitos de Origem Portuguesa em França, a associação CIVICA, organização que celebra este ano os seus 25 anos de existência, sempre lutei para dar visibilidade ao compromisso cívico e político dos luso-descendentes. A nossa associação foi pioneira em reunir eleitos de todas as sensibilidades políticas e de todas as regiões de França, com um único objetivo: valorizar o papel da comunidade portuguesa na vida pública francesa.

Esta presença política é, por si só, um exemplo de integração bem-sucedida e de fidelidade a dois países. Os eleitos de origem portuguesa nunca deixaram de cultivar o amor às suas raízes, ao mesmo tempo que servem com lealdade a República Francesa. É esse duplo pertencimento que faz a riqueza do nosso compromisso.

O poder do símbolo

A presença de um eleito português na comitiva do Presidente Macron envia uma mensagem clara: a República reconhece os seus filhos, independentemente das suas origens, e valoriza o mérito, o empenho e o serviço público. Este gesto tem também uma dimensão europeia. Numa altura em que o projeto europeu é confrontado com desafios imensos — climáticos, geopolíticos, democráticos —, é essencial recordar que a Europa se constrói com cidadãos que acreditam nos seus valores fundamentais: liberdade, solidariedade, justiça.

Os portugueses de França, com o seu percurso de trabalho, resiliência e discrição, encarnam esses valores. Não são apenas uma comunidade de emigrantes. São, cada vez mais, uma força ativa, estruturada e influente na sociedade francesa. Os



© AR

seus filhos e netos ocupam lugares de destaque nas artes, nas ciências, no desporto, no mundo empresarial e, como vemos, também na política.

É este percurso exemplar que deve ser celebrado e continuado. A integração não é assimilação. É participação. É contribuição. É orgulho pelas raízes e compromisso com o país de acolhimento.

O simbolismo do mar: uma ponte entre nações

Durante a visita de Estado, o mar foi um dos temas centrais. Portugal, país de navegadores, e França, potência marítima de primeiro plano, partilham uma visão comum sobre a urgência de proteger os oceanos. A cerimónia de transmissão entre Portugal e França no contexto da UNOC foi, mais do que um ato protocolar, um verdadeiro pacto de ação.

Estar presente nesse momento, ao lado do Presidente Macron e do Primeiro-Ministro português, foi um dos pontos emocionantes. Ali estavam dois países unidos por séculos de história comum, mas também por desafios contemporâneos partilhados. Ali estava, também, o reconhecimento do papel da diáspora portuguesa como elo vivo entre as duas nações.

O mar une. O mar abre horizontes. E a comunidade portuguesa em França é precisamente isso: uma ponte entre culturas, uma corrente contínua de humanidade e de esperança.

Um futuro de cooperação e partilha

Os protocolos assinados durante esta visita preparam o futuro. Não apenas entre Estados, mas entre povos. A cooperação em matéria de educação, por exemplo, abre novas perspetivas.

vas para os jovens luso-descendentes. A valorização do ensino da língua portuguesa nas escolas francesas, o reforço das parcerias universitárias, o apoio à mobilidade estudantil e profissional são medidas concretas que permitirão à nova geração afirmar-se plenamente como atores europeus.

A transição energética, outro eixo essencial dos acordos bilaterais, é também uma oportunidade para envolver os territórios onde vivem muitos portugueses em França. As autarquias locais, serão chamadas a implementar políticas públicas inovadoras nesta área. A sua presença, o seu conhecimento do terreno e a sua sensibilidade cultural serão ativos decisivos.

Uma responsabilidade acrescida

Ser convidado para integrar uma delegação presidencial não é apenas uma honra. É uma responsabilidade. Representar a comunidade portuguesa de França num contexto tão solene obriga-me a continuar, com ainda mais determinação, o trabalho iniciado há décadas, de servir o bem comum.

Esta responsabilidade estende-se também à nossa associação CIVICA, que entra agora numa nova fase da sua história. Ao celebrar 25 anos, a Associação dos Eleitos de Origem Portuguesa em França pode orgulhar-se de um

percurso exemplar. Mas o futuro exige mais: mais visibilidade, mais influência, mais projetos. Queremos reforçar as ligações institucionais entre eleitos portugueses e franco-portugueses. Queremos promover o intercâmbio de boas práticas entre autarquias dos dois países. Queremos formar, apoiar e incentivar os jovens lusodescendentes a envolverem-se na vida cívica e política. Tais foram os objetivos do congresso aniversário organizado no Senado no passado dia 29 de março.

Um caminho de orgulho e de esperança

A visita de Estado do Presidente Macron a Portugal foi um momento histórico. Para os dois países – tal visita de estado não tinha acontecido desde a 26 anos. Para a Europa. Mas também, para a comunidade portuguesa em França. A minha presença na comitiva presidencial simbolizou o reconhecimento de um percurso coletivo, feito de trabalho, de disciplina e de fidelidade.

Hoje, mais do que nunca, temos de continuar a construir pontes. Entre os nossos dois países. Entre as gerações. Entre as instituições e os cidadãos. A comunidade portuguesa em França tem um papel único a desempenhar nesta construção. Com orgulho, com responsabilidade e com esperança.

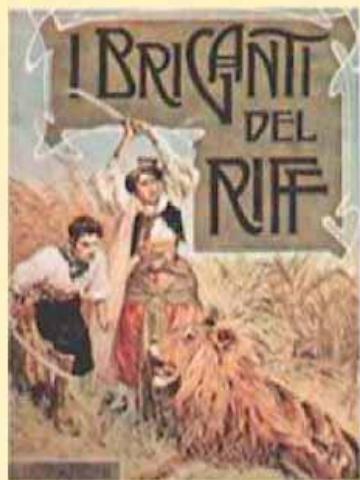
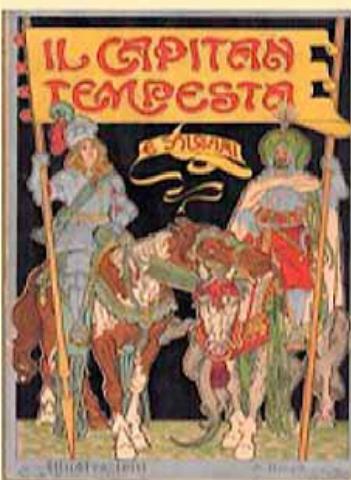
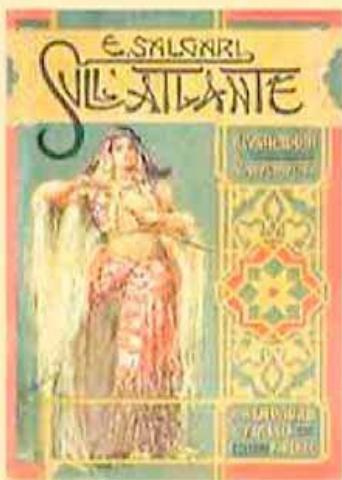
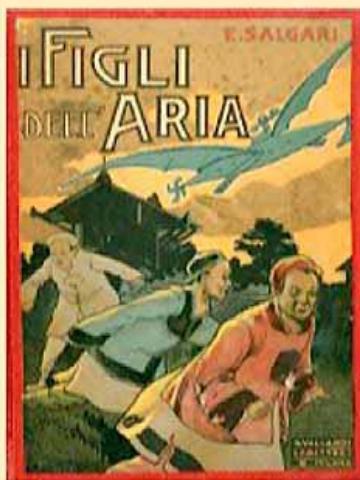
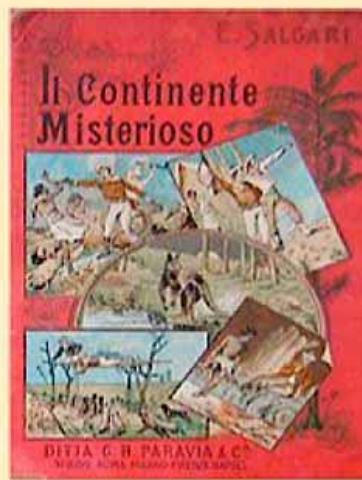
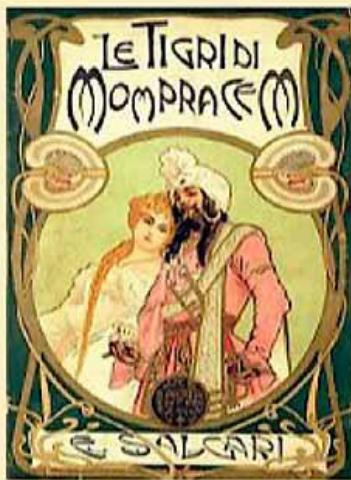


Paulo Marques
Vice-Presidente do CCP

PASSAGENS

Os romances de aventuras de Emílio Salgari

Sandokan e os heróis portugueses



O profícuo escritor italiano Emílio Salgari, autor de Sandokan, o Tigre da Malásia, viu muitas das suas obras serem vertidas para a Língua portuguesa, se bem muitas outras não tenham, inexplicavelmente, merecido essa distinção. E recorro ao termo “inexplicavelmente” pelo simples facto de (pouca gente sabe disso) muitos dos heróis retratados nos livros de Salgari

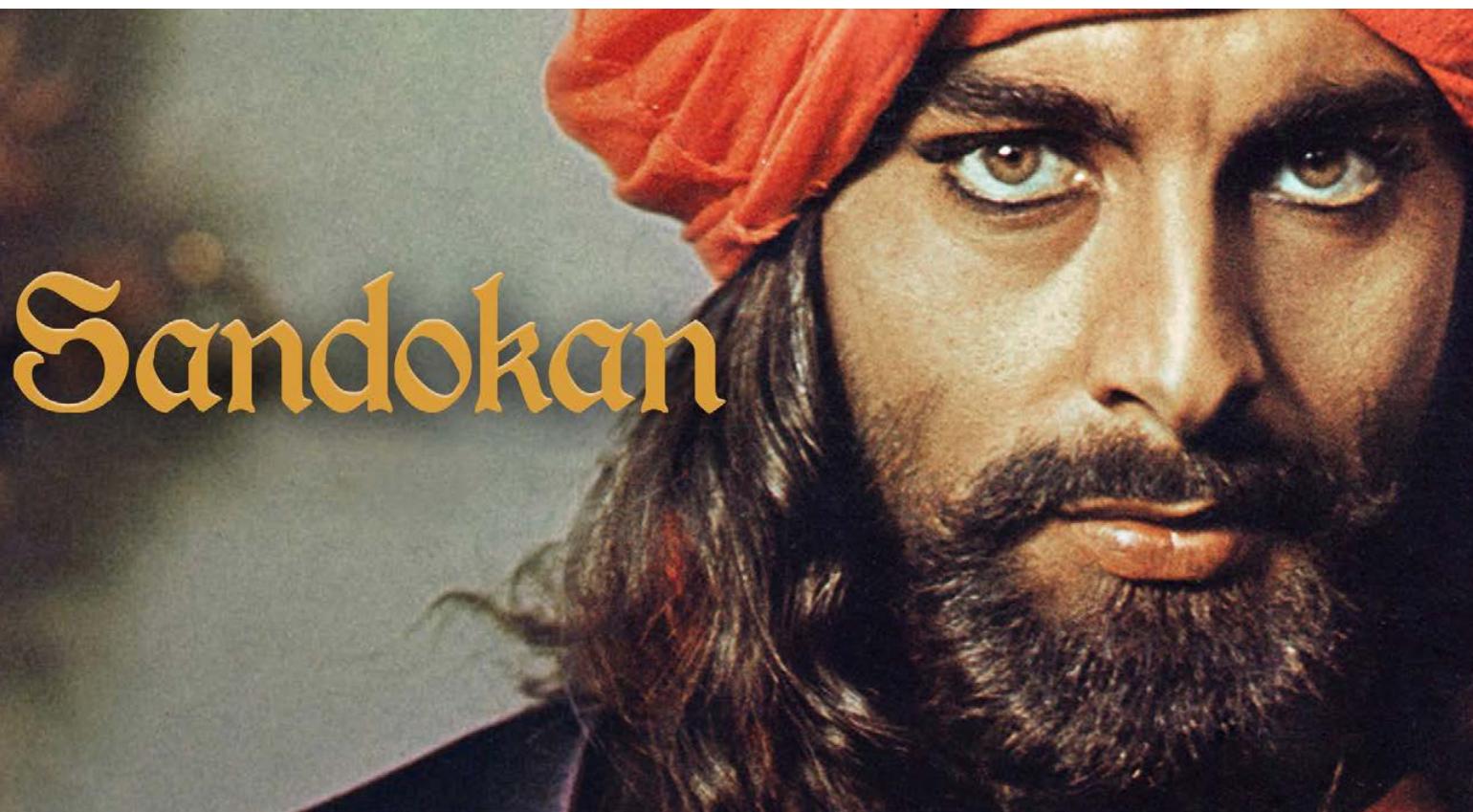
serem de estirpe portuguesa. O mais famoso de todos é Yanes (Eanes) de Gomera, ou melhor Gastão de Sequeira (assim chamado nas edições portuguesas), o irmão branco de Sandokan, mas muitos outros (ilustres desconhecidos em Portugal) foram imortalizados pela pena desse transalpino que aos 21 anos de idade começou a escrever os seus contos em

folhetins nas páginas de jornais de Verona e Milão. De 1883 a 1911, ano da sua morte, Emílio Salgari produziu 87 romances e várias dezenas de contos. E não se julgue que Salgari fosse trota mundos de craveira: em toda a sua vida efectuou apenas uma viagem no mar Adriático, quando frequentava um curso de marinha que nunca lhe serviria de nada. Tão pouco a vastidão da sua obra lhe proporcionou desafogo económico, já para não falar na ausência de reconhecimento público na época em que viveu. Os críticos nunca deram atenção ao seu trabalho, considerando-o mesmo como um escritor menor. Opiniões à parte, o certo é que o trabalho do veronês é hoje mais lido que o de Dante e integra o currículo das escolas italianas. Emílio Salgari encontra-se entre os 40 autores italianos mais traduzidos de sempre. Filho de modestos comerciantes, casado com uma camponesa, pai de quatro filhos, e, sobretudo, vítima de sucessivos editores que o exploraram ao longo da sua carreira, Emílio Salgari passou por sucessivas privações que o levariam ao suicídio, por harakiri, em Turim, a 25 de Abril de 1911.

As Maravilhas do Ano 2000, ficção científica escrita noventa anos antes da mudança do milénio, fez sonhar gerações inteiras. É, seguramente, um dos seus livros mais interessantes. Entre as antevisões de Salgari, está a transmissão das notícias através da televisão. Em jeito de curiosidade, recorde-se que a narrativa de Maravilhas do Ano 2000 termina em Lisboa, local onde as suas personagens são hospitalizadas por não aguentarem o ambiente eléctrico que as rodeava. Na altura em que o livro foi escrito, a electricidade dava os primeiros passos o que levava a que as pessoas associassem a nova forma de energia a efeitos algo funestos.

A descrição que Salgari faz de Gastão de Sequeira – que muitos dos leitores certamente se lembram de ver encarnado no ecrã pelo actor francês Philippe Leroy –, desmistifica o cliché que habitualmente se tem dos portugueses. Escreve Salgari que Sequeira é “um europeu de estatura igualmente alta, de feições correctas, aristocráticas, de olhos azuis e doces, e um bigode negro que começava já branquear, ainda que parecesse mais jovem que o outro (Sandokan).” No livro Os Tigres de Mopracem, de 1883, Sequeira é apresentado como uma pessoa “ágil como uma enguia. Alegre como podia ser um marinheiro que navega no luxo, atascado em ouro e com um misto de alteza e cortesia que o davam a conhecer à primeira vista como um fidalgo”. Ele era, na imaginação de Salgari “um nobre português das Celebes, um daqueles homens que emigrando haviam centuplicado o património, e que depois tinham tido a coragem de velejar num pequeno parau, comerciando entre as ilhas da Malásia.” Gastão de Sequeira representa o típico homiziado, português por conta própria que se enquadraria perfeitamente com os restantes heróis de Salgari, “proscritos, foras-da-lei ou bárbaros perseguidos pela avidez de colonizadores “civilizados” denunciando o fundo libertário da visão salgariana de um mundo então eurocêntrico, racista e imperialista”.

Os heróis portugueses de Salgari espalham-se pelos cinco continentes e pelos sete mares, povoando vários dos romances do escritor, que em Portugal deram à estampa graças à editora Romano Torres. O continente americano é palco de excelência das aventuras saídas da prodigiosa imaginação do italiano. Em o Homem do Fogo é romanceada a vida de Diogo Álvares Correia, figura histórica que ficou conhecida entre os





Emílio Salgari

índios brasileiros como o Caramaru, “pau de fogo”, pois foi ele o primeiro homem que viram disparar uma espingarda. Salgari descreve-o assim: “Diogo Álvares Correia, que tão grande parte havia de tomar na colonização do Brasil, e pelas suas aventuroosas proezas tanta curosidade havia de despertar na corte de Portugal e na de Henrique II de França, nascerá em Viana do Castelo, pela época em que toda a Europa estava impressionada com os prodigiosos descobrimentos na América e com as audaciosas empresas dos portugueses nas Índias Orientais”. Referindo as dificuldades deste tipo de empreendimentos, Salgari nota que “uma viagem de cinco e seis meses não assustava os marinheiros portugueses nem castelhanos, habituados que estavam a fazer a travessia até à Ásia e América em barquinhos insignificantes que hoje nem sequer se atreveriam a sair do Mediterrâneo”. Na Ilha dos Sargaços, Dom Fernando de Ulmo, rico fidalgo de Lisboa, deixa toda a sua riqueza e, a bordo de uma caravela, atinge “a lendária ilha das Sete Cidades resplandecentes de ouro que possuía palácios de mármore e castelos que lembravam a arquitectura portuguesa de muitos séculos atrás.” Entre

os livros de Salgari que nunca mereceram (!?) tradução para português, estão o *Il Faro di Dhoriol*, cuja trama tem lugar na nossa costa “à entrada do Tejo, o rio mais importante do país, em cujas margens se encontra a bela e opulenta Lisboa” e que tem como herói um simples mas bravo faroleiro chamado João Miguel; o *Il Re Della Pratera*, onde assistimos às aventuras do marquês de Almeida, por entre as plantações de açúcar brasileiras e os grandes espaços do México; e, finalmente, o *Nelle Floreste Vergini* onde o herói, Antão Cordeiro, é seringueiro e enfrenta todos os perigos que se ocultam nas densas florestas do Mato Grosso.

O enredo do *Dramas da Escravatura*, publicado em Roma em 1896, centra-se na costa africana que é escrutinada pelo navio *Guadiana* que tem ao seu comando o capitão Alves “um dos mais audaciosos negreiros que por esse tempo sulcavam o Atlântico”, acompanhado nas suas andanças pelo contramestre Furtado, o médico Estevão e o jovem Vasco. Juntos embrenham-se no Congo e pelas terras do rei do Bango, no Gabão. Também em África, desta vez na Costa do Marfim, decorre a acção do romance *La Costa d’Avvorio* (também sem



tradução para português) que tem como herói o caçador Antão de Carvalho. Ele e o seu melhor amigo, o italiano Alfredo Lusardo, enfrentam amazonas negras e entram na cidade santa de Dahomé disfarçados de embaixadores do Bongú. Os seus carregadores negros envergam “ricos calções brancos, cintas vermelhas, mantos cheios de arabescos, lenços de seda de cores vivas e armadas de carabinas. Para eles próprios reservaram os dois aventureiros os dois melhores cavalos que foram adornados de guarnições vermelhas e ricas gualdrapas recamadas de ouro. E duas umbrelas encarnadas, garnecidas de franjas, distintivos das personagens reais.” Antão de Carvalho, fazendo jus à reputação do português miscegenador de raças, é acompanhado por Urada, uma guerreira local muito bela que no fim da aventura acompanha o português de regresso ao solo pátrio.

Na Austrália decorre o romance *O Continente Misterioso*, cujas figuras centrais são os marinheiros Diogo e Cardoso, cúmplices na aventura de um excêntrico cientista paraguaio. A trama da Cimitarra de Buda tem lugar em Maio de 1858 numa festa da feitoria dinamarquesa da China, “na ilha da

foz do Si-Kiang”. Nessa festa, abrilhantada por uma orquestra portuguesa mandada vir expressamente de Macau, estão vários jogadores, entre os quais o português Olivais. Escreve Salgari que eram “todos ricaços que ganhavam ou perdiam somas respeitáveis sem pestanejar.” Também nos mares da China decorre a acção do *I Solitari di Oceano*, igualmente sem tradução para a língua de Camões. Tem como figuras centrais os irmãos João e Cirilo Ferreira, passageiros do *Alcíao* “cujo comandante e proprietário era um capitão Carvalho, um gigante que fazia tremer toda a tripulação apenas com um olhar.”

Uma reedição ou edição de todo este (e outro) manancial de relatos de aventuras seria uma óptima forma de cativar as crianças e jovens portugueses para a leitura e ao mesmo tempo fazerem-nos apaixonarem-se pela história do seu país comum. É que não existe, nem existiu em Portugal ninguém na área das letras que contribuisse através do romance juvenil para a divulgação das mais fascinantes personagens da nossa história, mesmo que muitas delas, como é o caso, sejam ficcionadas.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador

A R T E S E A R T I S T A S L U S O S

Tristão de Andrade

[Website oficial](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



Tristão de Andrade é poeta, escritor, músico cantautor e orgulhosamente português. Publicou o seu primeiro livro – NÓS – há mais de 15 anos e desde então nunca mais parou. Tirou tudo da gaveta e revelou ao público o seu trabalho. Do silêncio do quarto escuro às multidões nas redes sociais, hoje publica diariamente pensamentos, poemas, opiniões e muitos outros conteúdos. Já escreveu vários livros, participou em múltiplos projetos culturais, fez rádio e foi mentor de jovens escritores. POETA POP é o seu último trabalho que nasceu como livro, fez-se álbum musical e foi apresentado com sucesso no Porto e em Lisboa, já em forma de espetáculo, e que agora segue para os palcos do mundo.

Em que momento percebeu que tinha na poesia e na música a sua forma de expressão?

Desde cedo senti que tinha uma necessidade incomum de me expressar, de explicar e traduzir a forma como via o mundo e as pessoas que me rodeavam. Descomplexado, usava maneiras alternativas de o fazer, escrevia pequenos poemas mas também textos poéticos que ia guardando como tesouros. Revelações codificadas. Era uma espécie de impulso que não controlava, observações que fazia em jeito de documentário. Sem motivos ou explicações encontrava nessa forma de comunicar um alívio espiritual ancorado no intelecto. A beleza dessa autodescoberta reside na subjetiva complexidade da explicação misturada com a simplicidade do acontecimento. Aí encontro paz, segurança, conforto e vontade para continuar o caminho.

De que forma acredita que a poesia e a música podem transformar a vida de uma pessoa?

Bastante. Decididamente transformou a minha, e continua a metamorfoseá-la diariamente. A possibilidade de escrever ou ler um poema, ouvir ou compor uma música conduz-me para universos imaginários e ideais, sejam eles, lógicos ou não. Permite-me alargar fronteiras de pensamento, de sentimentos, e le-

var o espírito a deambular através do método científico: pergunta, pesquisa, hipótese, teste, análise, conclusão e partilha de resultado. Nessa grande viagem onde o preconceito não entra como bagagem, o destino é sempre o autocognhecimento com vista à transformação. Parece espinhoso, mas não é, é somente complexo a esclarecer, mas natural a acontecer.

O seu trabalho também é uma forma de resistência política ou social?

Sem dúvida. É igualmente um instrumento de combate pessoal contra os desafios que enfrentamos enquanto comunidade. Os princípios de humanidade e de liberdade que herdámos não estão de forma alguma assegurados, pelo contrário é urgente cimentar as raízes para garantirmos que o mundo caminha seguramente no sentido da paz, da igualdade e do amor. A falta de empatia que hoje se sente entre as pessoas precisa de uma resposta urgente. E, tudo isto, se trabalha e fomenta nas comunidades. Aqui os artistas têm uma palavra a dizer porque nem tudo são populismos ou promessas eleitorais. A sociedade civil precisa de modelos consensuais que unifiquem as pessoas em torno das boas práticas da amizade, da família, da igualdade, da paz, do amor, da fraternidade e por aí além. A poesia, a música, a arte em geral é a expressão maior destas energias.

Qual foi o momento mais surpreendente ou significativo que já teve ao partilhar o seu trabalho com o público?

Já foram muitos. Gosto de me manter aberto e receptivo às críticas, mas também às demonstrações de afeto do público. Tenho bem presente que para lá do meu trabalho existe um ser humano sensível e subjetivo disposto a interiorizar a minha mensagem. A servir-se dela como bem entende. E eu aceito essa incumbência com a máxima responsabilidade, e reclamo essa missão para mim.

POETA POP, o seu mais recente trabalho, é uma viagem poética entre o passado e o futuro, Portugal e o Mundo, a singularidade e o povo lusitano. Quanto de Tristão de Andrade existe neste percurso?

Muito ou quase tudo. Não seria verdadeiro se negasse que POETA POP é o culminar de um caminho com mais de 30 anos. Depois de uma vida inteira a habitar lugares-comuns, a beber nesses espaços, porque na verdade é inevitável, ou mesmo impossível rejeitar essa evidência, chegou agora o





momento de apresentar os resultados. Eu não sou só EU, sou o resultado de NÓS. Escrevo POETA POP após olhar para dentro e para o que me rodeou, para o meu país, para as minhas gentes, para um povo que sofre, sofreu e ainda assim vive de esperança. Somos gente de luta e de coragem. Vamos sem temer. Estamos definitivamente na origem de um novo dia. O que mais me fascina nas nossas gentes, nos que falam a nossa língua, é a capacidade de resiliência, a vontade, a naturalidade de encararem o dia de amanhã com a certeza de que lá estarão. Escrevo e canto o fado dos nossos emigrantes, a guerra colonial que “matou” todos, mesmo aqueles que continuaram a respirar. Recordo a geração sem internet, e abordo a forma como os enormes poetas portugueses nos inspiraram para a liberdade. Escrevo, canto e digo tudo isto num misto de historiador e autobiografia.

A música e a poesia unem-se em POETA POP numa invocação ao fado?

Indubitavelmente. O fado é património residente da alma e do coração de cada português. Independentemente do chão que os viu nascer, seja em Portugal ou em qualquer outro lugar do mundo, a língua exalta esse sentimento inexplicável. Fado, a verdadeira forma de sentir a Portugalidade. Podemos deixar de pisar a terra com os pés, mas jamais calaremos o coração que fala e sente em português. De norte a sul, este a oeste, seja qual for a latitude, o fado no seu estilo clássico ou em modo canção é a nossa identidade. Em POETA POP não é diferente e ainda é sublinhado. Cantado. Ali respiramos fado, escrevemos fado, e falamos em fado como se estivéssemos a cantar.

Depois tem a dança.

Precisamente. POETA POP procura desconstruir a dança folclórica e materializar em corpos que bailam ao estilo contemporâneo, numa abordagem imersiva e envolvente. A tradição pintada com as cores da contemporaneidade. Tudo isto à procura de produzir e ensaiar uma simbiose de música e dança tradicional.

Onde nasce o POETA POP?

Na verdade, é um conceito que me acompanha desde sempre. Preciso regressar aos meus 14 anos, lá bem atrás, quando ousei começar a escrever poesia, a traduzir a minha forma de ver em poemas que timidamente ia deixando escapar. Lá nesse tempo, nesse passado, comecei a sentir que aquelas palavras diziam mais, representavam uma forma de estar, de viver, de tocar os outros.



Nesses idos anos oitenta ser um menino poeta não era das coisas mais populares entre os amigos, e muitas vezes fui olhado com algum desdém pelos meus colegas. Mas nem isso me deteve. E, destemido, decidi trilhar o caminho. Fiz questão de querer explicar que a poesia é contemporânea, popular, moderna e atual. Mais do que um estilo literário, é uma forma de estar e viver. Que encerra em si um conjunto de sentimentos nobres como o amor, a empatia, a amizade, o afeto, o respeito, a igualdade, o respeito e toda uma montanha de energias positivas. Isso é o POETA POP, isso é ser poeta pop.

Depois de Porto e Lisboa o que se segue?

Segue-se o mundo português independentemente da latitude. Agora é levar esta mensagem a todos aqueles que, curiosos, pretendem olhar e abrir o seu coração e a sua mente ao POETA POP. Procuramos públicos dispostos a comentar, a ouvir, a criticar, a chorar ao nosso lado, a rir, mas sobretudo a saírem do espetáculo com a certeza que partem diferentes. Nenhum rio passa duas vezes nas mesmas margens. É disso que falamos, dessa interiorização de que o mundo, a vida e o tempo são efémeros e preciosos.



Projetos para o futuro?

Tantos. Muitos. Demasiados diria. Gosto de manter a mente ativa. O próprio POETA POP nunca se repete. Não existe um espetáculo igual. Permito-me a alterar e a atualizar. O público ganha com isso. Nós, como artistas, beneficiamos dessa constante adaptação. Faz-nos sentir mais vivos e mais próximos da realidade. Neste momento já estou a preparar o meu próximo romance que se traduz numa perfeita cambalhota de 180 graus. Preparo-me para regressar às raízes do meu processo criativo, reservar-me em silêncio e misturar verdade com ficção para depois brindar os leitores. Quero produzir mais música, participar em outros projetos artísticos e viver. Aproveitar os dias para conhecer mais sobre pessoas, lugares e culturas. E assim, no final, traduzir tudo nesta linguagem que só sei usar: poesia em português.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Sozinhos podemos tão pouco, mas juntos temos a força de um exército. Que todos os artistas, na sua arte, produzam e criem em prol da humanidade. Que as boas mensagens de paz e amor se pintem em quadros, se escutem nas músicas, se leiam nas linhas de um livro. Que a empatia habite nas mãos dos escultores, e a compaixão resida em todas as formas de arte. Que nunca um artista deixe de reproduzir um pensamento seja ele qual for. Que a discussão impere entre nós e dela nasça a luz. A alma artística reside em cada um de nós. Nós somos poesia, na verdade, todos temos esta missão de transformarmos o mundo num lugar melhor porque na verdade em cada um de nós reside um POETA POP.

| AMBIENTE

Biomimética

A natureza como inspiração tecnológica!

Em 1941, George de Mestral caminhava nos Alpes suíços quando se apercebeu que a bardana se agarrava de um modo não convencional ao pelo do seu cão. O inventor acabara de ter uma ideia genial. Assim surgiu o velcro. Posteriormente, outras ideias inspiradoras se seguiram, desde os cupinzeiros cujos sistemas de circulação de ar inspiraram projectos arquitectónicos, até às teias de aranha reflectoras de luz UV que inspiraram vidros anti colisão de aves, sem esquecer os pirlampoms que inspiraram



luzes LED mais fortes, entre muitos outros exemplos meritórios.

Perguntamos nós, o que é que todos estes processos têm em comum? Vamos abordar esta interessante temática, a seguir.

Ao longo dos tempos, a natureza tem servido de inspiração ao desenvolvimento de formas de produção mais eficientes, numa perspectiva de salvaguarda dos recursos naturais e de conservação do meio ambiente. Esta ciência chama-se biomimética. O seu raio de ação pode estender-se a várias áreas de intervenção, que vão desde a arquitectura até à engenharia, passando pela biologia e medicina, geociências, vestuário, construção,

transportes, design e agronomia, entre muitas outras. A biomimética parece levar à letra esta máxima de Lavoisier – “na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma!” Através destas palavras, o químico francês definia o ciclo infinito dos processos que ocorrem na natureza de um modo equilibrado e eficiente. Grosso modo, é este princípio que a biomimética aplica nos seus processos adaptativos, criando soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas a partir de algo existente na natureza. Deste modo, as soluções encontradas para enfrentar os desafios da sociedade enquadram-se num modelo de desenvolvimento mais sustentável e, tendencialmente, integrado no meio ambiente. Perante as inúmeras catástrofes



ambientais que estamos a viver, a biomimética poderá ser uma ferramenta muito útil e até crucial no desenvolvimento de processos e soluções mais equilibradas e sustentáveis; na criação de novos materiais; na valorização e preservação da biodiversidade e na optimização e maior eficiência dos processos produtivos.

Entre algumas das inúmeras aplicações da biomimética, poderemos referir algumas que consideramos muito relevantes:

- O desenvolvimento de sistemas de geração de energia renovável mais eficientes. Neste caso, poderemos dar como

exemplo, a criação de turbinas eólicas inspiradas nas nadadeiras das baleias-jubarte.

- A introdução de novos métodos de cultivo de alimentos, nomeadamente na criação de biopesticidas, desenvolvidos a partir de compostos naturais originários de plantas e microrganismos, em detrimento dos agro-tóxicos convencionais, responsáveis pela contaminação da água e dos solos e, por consequência, prejudiciais à biodiversidade e à saúde humana.

- A criação de materiais mais sustentáveis. Sendo outro dos campos de desenvolvimento da biomimética, neste caso, um



exemplo muito interessante recai sobre o fabrico de embalagens biodegradáveis a partir de raízes e cogumelos, apresentadas como substitutas de materiais altamente poluentes como é o caso do plástico.

- Na área da robótica associada a biomimética tomemos como exemplo um equipamento não invasivo de monitorização e restauração de recifes de corais, inspirado nas medusas.

Todas estas soluções inovadoras oferecem inúmeras vantagens na abordagem e resolução de vários problemas numa perspectiva mais sustentável e eficiente.

Perante todos estes avanços tecnológicas poderemos afirmar que a natureza e todos os processos naturais que lhe estão inerentes têm muito a ensinar-nos na resposta às necessidades do nosso dia-a-dia e é uma fonte inesgotável de inspiração no caminho da inovação sustentável.



Vítor Afonso
Mestre em TIC

| LUSO-CRIANÇA
Salvem a paz

Anunciaram ao mundo
que iam invadir um país livre
naquele exato segundo
o rosto de uma criança ficou triste.

O homem que se diz cristão
afinal, é um pérfilo vilão
bombardeando lares e cidades
matando os direitos humanos
não se importa se há crianças ou não.
quer o poder do mundo todo na sua mão!

Jesus disse na cruz:
- pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem!
chega de guerras, violência e dor
a humanidade precisa é de amor!

Eu e tu, nós
todos juntos
fazemos a diferença.
em nome de todas as crianças:
salvem a paz!



Sarah Luz
“Poesia de Cor”



| TRADIÇÕES LUSAS

Merujas ainda é tempo delas!

É o alerta comestível que a Primavera está de regresso!

A este estímulo à saudade e de pretexto à peregrinação, além de tão amerujado baptismo, acrescento-lhe outras nomeadas — as que guardo na memória, as que vou escutando por aí, lendo em escritos soltos, por vezes escarranchadas em cardápios de alguma restauração regional, anotadas em prosas de mero soalheiro — e as que suponho [co] existirem nos linguajares das regiões mais achegadas do país vizinho, onde igualmente grassa por lá tão espontânea mania de enfartar o prazer. E é muita a palavrada que a sustenta! Ó não fosse ela a melhor erva do mundo! Assim sendo, aí vai um pouco daque-la enormidade de nomeadas

meruge, maruja, moruja, marujinha ou meruginha, morugem ou merugem — estas, como sendo as designações mais identificadoras, assim escritas nos canhenhos caseiros e assim faladas em tais oratórias de apelo à terra, por toda

a região transmontana, duriense, pela raia alistana, charra, beirã, por terras abulenses ou pela Galiza também experimentada nos seus sabores. Outros qualificativos mais circunstanciais

mariquita, nomeada afectiva que nos transmite a ingenuidade pelo seu desejo, boruja, beruja ou veruja, cada casa com o seu desígnio, cada um com o seu pronunciar, erva-d'água ou erva-das-fontes, em certezas de hábitos por outros consumidores (...) na Catalunha tarragonense, também ali é conhecida por herba de las fonts, também por lá vai direitinha para os alguidares saladeiros (...) erva-de-ribeira ou erva-regueira, talvez (!) fossem estas as designações mais comuns noutras aldeias durienses, erva-dos-sapos, erva anfíbia e barrosã nas récitas luarentas do «nosso» Padre Fontes (...)

um pouco por toda a Galiza, principalmente com estes dizeres sapeiros, isto, abonado pela bióloga Lucía Cerqueiro quando imaginava um gosto ternurento da pintora Maruja Mallo pela dita erva, ela que gostava de se titular de Marúnica e que sendo Ana María adoptou aquele pseudónimo surrealista (imaginação, apenas!), (também na Catalunha occitânia é titulada como herba dels gripaus)

pamplina-de-água, porventura, ainda noutras terras que fogem a estas memórias, onde uma outra e bem diferente «pamplina», a *Samolus valerandi* L., é reinventada de «alface-dos-ribeiros», como mil-folhas, numerada dessa forma aritmética apenas por terras lamecenses, porque a outra *Montia* é uma «beldroega-miudinha», regagho, regojo ou regajo, é assim que a reconhece o Tiu Ángelo Arribas que nasceu a catá-las nos regatos de Bila Chana de Barciosa (...) e é assim que a nomeiam na região berciana de Ponferrada (...) orelhinhas, em Escalhão dizia-se que não lhe destinavam outra nomeada de dignidade aos seus préstimos senão aquela, borracha ou beldroega-de-inverno junto da lucidez recollectora dos ribeireiros do Sabor que têm de trepar à procura delas pelos fraguedos das Cabanas, agrião-dos-pastores era outro dos alcunhares informativo que de amiúdo se escutava [...]

Muitas vezes a confundir-se com uma outra, a *Montia perfoliata* (Donn ex Willd.) Howell, de folharicos que mais parecem

pequenas colheres de cabo longo e que qualificam como beldroega-do-monte ou alface-dos-pastores, a lembrar [-nos] a denominação de desenrasque [miner's lettuce] que à dita lhe foi dada pelos mineiros californianos do séc. XIX.

E outra seita delas, apenas raianas — de amapelos, melujín a regachal. Estas saudações retóricas fazem parte dos assentos das nossas ementas de etnosinonímias. Tão-só. E haverá outra enormidade delas! Reflexo da grandeza dos seus afectos. Cismas. E é sempre a minha primeira escolha erveira, muito por ser a [tal] salada dos deuses, pelos costumes alimentares que já se perdem até aos dias da [nossa] prima experiência gustativa e pela rotina restaurativa que há muito se verifica em comedouros de refrear tais mágoas de saudade, [quase] sempre de conforto a tão sidéreo comer — a posta mirandesa. Afortunada maridagem! Bom! Como agrónomo que sou, apologista de naturas euforias e utente dos frenesins herbáceos do professor José Ribeiro [UTAD] que tanto nos ampara quando as contas daquela ciência que vagueia pela vida das plantas assim o exigem, recomeço a conversa pelas coisas mais simples dos saberes da botânica. A *Montia fontana* L.

distinta que o é da morrugem-d'água ou lentilha-da-água, a *Callitrichie stagnalis* Scopoli, embora partilhem idênticos habitats, também ela de pequenas folhas e caules comestíveis, e bem díspar da ruderal [dita] marugem ou morugem-verda-



deira, a «craveira» *Stellaria media* (L.) Villars, muitas vezes apontada como erva-estrela ou morrião-dos-passarinhos, esta, erva peluda e de vocação passareira, usada não como verdura às nossas mesas mas como forrageira para galináceos e como planta mezinheira de tratamento a irritações de pele, bronquites mais benévolas e a constipações não muito aborrecidas

é uma erveira anual (ou bienal) e de ciclo curto que não suporta sombras continuadas. Aquática, também de ganas solarengas, ainda assim com dois a três meses de vida comestível, é colhida entre fins de Janeiro e meados de Abril. (Ainda estamos no tempo delas! Comprei-as na passada 5^a feira, no Mercado de Mirandela.) É inverneira, a derradeira da insensibilidade dos dias, a primeira que rapamos dos charcos e colocamos à mesa — é o assomar das primaveras erveiras — aguentando-se bem com geadas desde que moderadas, (até com variações abruptas de temperatura!), e de habitats exclusivamente ripícolas. É uma herbácea de exterioridade atraente, «prima» botânica da beldroega, já considerada cosmopolita e [ainda] indomável à tentada domesticação agronómica. É mais tenra, muito mais frágil e bem mais saborosa que o agrião-de-ribeira, que tantas vezes a acompanha à mesa, e parece-me ser mais dotada na verdura do palato que a insípida alface de tantas futilidades das cozinhas contemporâneas ou que a moderníssima rúcula dos picantes avinagrados.

Na Península Ibérica diferenciam-se três subespécies de *Montia fontana* L.: (i) ssp. *fontana*, que habita zonas de alta montanha (acima dos 1 200 m), (ii) ssp. *amporitana* Sennen., de ampla distribuição (até aos 2 300 m) e (iii) a [nossa] ssp. *chondrosperma* (Fenzl) Walters, que coloniza habitats de menor humidade, abaixo dos 1 400 m e de distribuição mais limitada.

Erveira de caules alongados, rasteiros ou de fisionomia rampante, que se espraiam por mais ou menos meio metro quando crescem a partir do acalmar das águas e encolhem-se um pouco mais quando saem para terra, (muito) delgados, franzinos e até delicados, ramificados nos nós inferiores,

forma facilmente raízes adventícias que lhe permitem uma colonização rápida de novos espaços. Manda folhas ligeiramente carnudas, sésseis, aproximadamente espatuladas, com uma única nervura, às vezes arredondadas no ápice e sempre atenuadas na base, de margens hialinas e opostas duas a duas. As flores, também elas miudinhas, com cinco pétalas brancas, desiguais, dispostas em cimeiras terminais e laterais, em qualquer caso, e com poucas dotadas de unidas reprodutoras hermafroditas, [são] de floração de Abril/Maio a Setembro/Outubro, segundo a altitude e as condições climáticas ambientais. Os frutos são cápsulas quase globosas, geralmente com três sementes muito pequenas, negras e reticuladas. A meruja, erva de aparências tentadoras

é [em síntese] uma agradável daninha assídua de ambientes fracamente ácidos, também indicadora de riqueza nutritiva, frequentando margens de pequenos riachos, regatos e regueiras, assentando-se à beira de nascentes, paredes resumantes e zonas periodicamente encharcadas, os tais habitats ripícolas, mas, a preferir a naturalidade de águas correntes e pouco mineralizadas — hidrófita por se desenvolver em meio aquático ou helófita por crescer na lama — onde forma tufo, mouchões ou tapetados que podem ser mais ou menos extensos. É mais vulgar na franja nascente do Nordeste Transmontano e pelas Beiras transfronteiriças. Em Portugal [Continental] só é rara no sul alentejano e muito rara no Algarve costeiro. Além da significativa dosagem de humidade, o que é natural pelos seus habitats de preferência (até pela proveniência do termo que melhor a identifica, meruja)

a lembrar o chuvisco, o caídinho da chuva, a borraceira, a morrinha, o morujo (do português antigo) (...) [um] provincialismo transmontano de origem obscura ao contrário dos vocábulos ‘morugem’, ‘merugem’ (?), e ‘morrião’ (?), que tudo leva a crer que provêm do latim *mollugine*, através de *mollugo* — termo que Plínio, o Velho, já usava para se referir à (s) planta (s) [*Anagallis* ssp., ou seria à *Stellaria media* (L.) Vill. (?)] para tratamento da raiva, mal-de-olhos, asma, inflamações de pele (...) A etimologia da designação, em mirandês, rega[g]ho, estará [certamente] relacionada



com a palavra castelhana «regajo» que, no dicionário da Real Académia Española [1737], significa “el charco de água detenida”, ajustado, em dicionários mais recentes, para “charco que se forma de algun arroyuelo (riacho), y el mismo arroyuelo”. Este dígrafo [gh] representa um som fricativo velar surdo, que corresponde ao j do castelhano e surge por empréstimo dessa língua.

o seu primo componente é a fibra, ao que tudo indica em teores mais elevados que em muitos dos actuais vegetais cultivados e tão privilegiados nas dietas das nomenclaturas vigentes [a tal alface das matronas romanas, o espinafreiro massacre dos nutricionistas, os cabeçudos repolhos verdes dos hipermercados, os sulfúricos brócolos das cantinas hospitalares ou as ervilhas da cara feia de tanta gente]. Além disso, sabe-se que aquelas folharicas disponibilizam uma ração razoável de proteínas e quantidades apreciáveis de compostos antioxidantes, sobretudo ácido ascórbico, α -tocoferol e fenóis, e podem ser consideradas, entre as verduras de folha, excelentes fontes de ácidos alfa-linoleico — ácidos gordos ômega-3, ω -3, com um baixo ratio ω -6/ ω -3.

Certamente por razões experimentadas ao longo dos séculos e não por pesquisas mais esclarecedoras dadas a conhe-

cimento público, que ainda são [muito] insuficientes para dinamizar o seu cultivo agronómico e discutir outras competências, recomenda-se a sua moderação pelo ‘mau’ contributo dado às reles pedras nos rins, muito pelos teores de oxalato presentes no corpo da planta.

A parte superior dos caules, tenros, com os ditos folharicos de “antes que a erva espigue, o cuco bote cantoria de burlão e a poupa aninha os ovos na buraqueira das árvores”, (pensado em modo riodonorês), porque tais folhicas vão ficando duras, com sabores menos verdes, ou tão pouco os talos estejam suficientemente desenvolvidos, são utilizados crus na confecção de saladas

simples de amanho, só temperadas com arejos de sal e vinagre aprontado das sobras ou das camas de vinho tinto, um ou outro dente de alho esmagado pra lançar gosto, com ou sem cebola cortada às rodelas, enfeitadas ou não de azeitonas [es] quartilhadas

e muito raramente entram no ajeite de caldos e sopas que, por sinal, até são muito agradáveis pela sua frescura. Confortáveis e estranhas transmitem alegria ao exercício gastronómico. Servem de acompanhamento a qualquer pra-



to. Uns dizem que vão melhor de aconchego a carnes grelhadas de leitão, borrego ou cabrito, ou daquele prodígio divino — tamanho cacho de vitela assada no lume! — a dita posta, a “posta mirandesa”. Outros asseguram que é às fornadas de galo! Ou como valência a fritadas de peixes do rio, esmagadas de batatas com um naco de barbada assado nas brasas, bacalhau esfarrapado, a ensopados de caça! Enfim (...) Pelo menos ao longo do Douro, que abriga citrinos de doçura tão equilibrada e dá guarida a parentelas herbáceas tão delicadas, achegam-lhe laminados de laranjas e folhagem de outras er-veiras — de agriões de ceifar na horta, ou caçados no correr da ribeira, azedas vinagreiras do recosto das muradas e mais raramente (e sem graças) com rabos (as folhas) de lentuga [erva bem conhecida das bermas dos caminhos e infes-tante recorrente nos nossos olivais]. E tantas vezes, apenas nou-tros tempos de lutas quotidianas pela sobrevivência, só mesmo para ganharem um ligeiro sabor a picante e estimu-larem apetites mais furtivos, também lhe misturavam folhas tenras de enxadreias que tanto abundam junto ao fresco dos [nossos] lameirões. É comer de bom ougar! Manifestação profana de honras celestiais! Fala a [própria] experiência de consumidor compulsivo. Porém, há que redobrar prudências,

porque — tal como outras aquáticas comestíveis — convivem frequentemente com caracóis pulmonados, os estaporados caramujos do género *Lymnaea*, os vectores da arrelenta fas-ciola hepática.

Embora boas daninhas que o são, como não se produzem em condições controladas, nem longe dos pastoreios animais (e da respetiva contaminação fecal), assim como dos infaimes caracóis, ou seja, previamente ao seu consumo devem ser bem lavadas com vinagre (comercial), ou sabão líquido, ácido cítrico ou permanganato de potássio (em condutas far-macêuticas), para expurgar [todas] as possíveis metacercá-rias que alojam aquela maléfica bicharada e que ali possam estar enquistadas.

Associada à vida e aos ressumares primaveris, a *Montia fontana* L. — designação que homenageia o naturalista italiano Giuseppe Monti e que arrecadou o epíteto latino *fontana* que significa «água de fonte» — é seguramente uma das nos-sas identidades gastronómicas. É mesmo a soberana das er-vas saladeiras, delas é a primeira! A melhor do [meu] mundo! E muito provavelmente do mundo de outros.



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrônomo

OPINIÃO DO ASSOCIADO

Networking entre greens e fairways?

O networking desempenha um papel crucial no sucesso dos negócios, atuando como um verdadeiro catalisador de oportunidades, crescimento e inovação. Estabelecer e nutrir relações profissionais, fora do local de trabalho, strictu sensu, permite não só a troca imediata de conhecimentos, mas também a construção de parcerias estratégicas que influenciam os resultados a curto, médio e longo prazo.

Para além das competências técnicas, a capacidade de construir e manter relações sólidas é algo instrumental e altamente diferenciador quando toca a abrir portas para novos mercados, analisar investimentos e identificar colaborações estratégicas. A interação permanente com profissionais de diferentes áreas, ainda que distantes do nosso core business, amplia horizontes, podendo levar à antecipação de tendências e, seguramente, fortalece a visão sobre o nosso próprio setor de atuação.

Existem diversas formas de fomentar networking de qualidade. Eventos empresariais, conferências, feiras de negócios e workshops são exemplos

tradicionais. São espaços e momentos de partilha de experiências e criação de ligações valiosas. Mas também, encontros mais informais, como jantares, reuniões empresariais e atividades de lazer, podem ser altamente eficazes ao criar um ambiente mais descontraído que fomenta a criação de laços autênticos.

O desporto, em particular, tem um papel relevante como meio facilitador do networking. Seja na modalidade de praticante, seja na de adepto ou “atento observador”. As atividades desportivas promovem um ambiente descontraído, onde as interações fluem naturalmente e permitem o desenvolvimento de relações profissionais de maneira mais genuína. Entre as modalidades mais eficazes para este fim, destaca-se o golfe, amplamente reconhecido como uma plataforma de excelência para estabelecer contactos empresariais.

O golfe combina a prática desportiva com momentos de conversa e interação, tornando-se um ambiente propício para a troca de ideias e a identificação de interesses comuns. A duração dos torneios ou das meras “voltas ao campo”, o contacto com a natureza e a

necessidade de colaboração e estratégia criam um contexto favorável para fortalecer laços, discutir negócios e explorar novas oportunidades.

Além do golfe, outras modalidades como o ténis, o padel e os desportos náuticos também têm sido cada vez mais utilizados para reunir empresários e profissionais, reforçando a importância do desporto como ferramenta de networking.

Em conclusão, o networking é um pilar essencial para o crescimento e a sustentabilidade dos negócios. A participação em eventos e a escolha de ambientes adequados para interação profissional são fatores determinantes para a criação de oportunidades e fortalecimento de relações estratégicas. O desporto, especialmente modalidades como o golfe, continua a demonstrar o seu valor como um espaço privilegiado para conectar pessoas e impulsionar negócios. Investir nestas dinâmicas não é apenas uma opção, mas uma estratégia inteligente para quem busca sucesso e longevidade no mundo empresarial.

Encontro marcado num green?



Alfredo Castanheira
Marketing e Comunicação
Co-Organizador Diáspora Golf



| SAÚDE E BEM ESTAR

Saúde mental, psico, terapias e as coisas terapêuticas

Se nos últimos anos notou um aumento da frequência com que ouviu: “hoje não posso, tenho psicóloga”; ou : “não preciso cá de psicólogos, correr é a minha terapia” ou ainda: “experimentei psicoterapia, mas não resultou, então agora faço Reiki”; é provável que viva num ambiente em que a literacia em saúde mental está em rápido desenvolvimento. Como em qualquer área emergente no discurso público, confusões, dúvidas e imprecisões são frequentes e expectáveis.

Na posição de psicólogo, proponho-me então a esclarecer estas questões, tentando evitar alguns dos vieses corporativistas que marcam semelhantes debates.

Existe uma grande subjectividade na forma como vivemos e manifestamos a saúde mental, bem como o que nos permite melhorá-la, ou aquilo que tem um efeito terapêutico. Algo que tendemos a concordar é que a saúde mental, à semelhan-

ça de outros recursos, é melhor quando está bem e é muita, do que quando está mal ou escasseia. Algo é terapêutico se ajudar na resolução de um problema, ou se melhorar a experiência subjetiva de alguém, afetando positivamente a sua saúde mental. Sinais de sofrimento psicológico como o stresse, a ansiedade ou os sintomas depressivos, podem acumular-se ao ponto de sentirmos que é necessário pedir ajuda especializada. Isto pode ser recorrer a profissionais de saúde como os psicólogos, a serviços de bem estar ou às terapias holísticas e alternativas.

Os psicólogos são profissionais de saúde especialistas em psicologia, a ciência que estuda a mente e os comportamentos. A profissão é protegida legalmente em muitos países, incluindo Portugal. Isto significa que para utilizar o título de psicólogo é necessário obedecer a um conjunto de critérios de formação e de práticas. Um psicólogo pode oferecer apoio psicológico, que tem efeitos terapêuticos fundamentados científicamente. Ouvimos também, por vezes, o termo psicoterapia, que apesar de muitas vezes ser usado como sinónimo de apoio psicológico apresenta algumas nuances. Psicoterapia é o apoio psicológico realizado por um psicoterapeuta. Estes são profissionais com treino

aprofundado numa abordagem específica ao apoio psicológico, o que normalmente significa que têm mais formação e mais experiência do que outros psicólogos sem o mesmo grau de especialização. A maior parte das pessoas recorre à psicoterapia e ao apoio psicológico para lidar com um problema agudo no presente, mas existe também a procura com objetivos de aumentar o autoconhecimento ou de desenvolver determinadas competências pessoais.

No outro lado do campo de batalha estão as terapias holísticas. Estas, são vistas, por vezes, como estando a concorrer directamente com os serviços oferecidos pelos psicólogos, o que não pode ser posto de lado como apenas falso, mas que também não é totalmente verdadeiro. Falo do Reiki, da homeopatia, da fitoterapia, da cromoterapia, da acupuntura, e muitas outras. O meu viés enquanto psicólogo e a minha visão leiga deste tipo de terapias impossibilita-me de oferecer uma descrição que não seja puramente caricatural, pelo que não o farei. Mas, posso argumentar que, se forem bem definidos os respectivos espaços, diferentes tipos de práticas podem coexistir, já que todas podem ter, em maior ou menor grau, um efeito terapêutico. Um osteopata pode ser exímio na sua profissão, mas

perante sintomas persistentes recorremos a um ortopedista. Mesmo que socialmente existam infelizes diferenças de estatuto, na prática, não é responsabilidade do osteopata operar, nem do ortopedista massajar, e ambos são necessários.

Hábitos e rotinas podem também ter o seu efeito terapêutico, como praticar exercício físico, tocar clarinete, aprender a olaria, etc. Ajudam-nos a abstrair da azáfama do dia-a-dia e talvez até nos dêem sensações positivas. Por vezes, precisamos de fazer algo diferente, cortar com a rotina, fazer algo espontâneo, mimar-nos. Pode existir um efeito terapêutico numa viagem, numas férias, num jantar com amigos, numa conversa profunda, na meditação, entre muitas outras experiências humanas.

Quer seja para melhorar a performance, lidar com a ansiedade ou fugir ao temido burnout, mesmo os mais céticos conhecem hoje a importância da saúde mental. Apesar de ser ainda a parente pobre da saúde física, é cada vez maior a oferta de serviços públicos e privados nesta área. Com tantas opções, a informação é a ferramenta principal para percebermos o que é indicado para nós, de acordo com as necessidades de cada um e de cada momento.



João Oliveira
Psicólogo



| FUNDAÇÃO AEP

A evolução da diáspora portuguesa no Brasil

A diáspora portuguesa no Brasil tem uma longa e rica história, marcada por diferentes ondas migratórias e uma significativa influência cultural, económica e social. Apresenta-se, de seguida, a evolução dessa presença desde o período colonial até aos dias atuais:

Período Colonial (séculos XVI–XVIII)

Primeira vaga: Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, mas a migração em maior escala começou com a colonização efetiva, a partir de 1530, motivada pela procura das riquezas locais (pau-brasil, açúcar, ouro), fuga da pobreza em Portugal e perseguições religiosas (como a de cristãos-novos).

Estes emigrantes concentraram-se principalmente no Nordeste (Bahia, Pernambuco) e, mais tarde, em Minas Gerais, durante o ciclo do ouro.

Século XIX (pós-Independência do Brasil, 1822)

Neste período gera-se uma nova onda migratória após a abertura dos portos (1808) e a independência do Brasil (1822). Estes emigrantes dedicam-se sobretudo ao comércio, artesanato e à agricultura, muitos fugindo da instabilidade política e económica que na altura verificava-se em Portugal. Estes portugueses fixam-se no Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades na costa.

Grande Imigração (fim do século XIX e início do século XX)

Entre 1880 e 1930 assinala-se um pico migratório com mais de 1 milhão de portugueses a chegar ao Brasil, motivados pela crise em Portugal e pela grande procura de mão de obra no Brasil, consequência da abolição da escravidão. É nesta altura que se concentram nas grandes metrópoles do Rio de Janeiro, onde se tornaram donos de bares, padarias e lojas, e São Paulo, onde se fixam nas fazendas de café e depois no comércio urbano, e na Amazónia (ciclo da borracha).

É também neste período que as associações portuguesas instalaram a cultura e os costumes portugueses no Brasil.





Século XX (pós-Segunda Guerra Mundial)

Este período é marcado pela redução da imigração após os anos 30 devido às restrições do governo brasileiro e à melhoria económica em Portugal. Esta diminuição é interrompida nas décadas de 1950–1970 pela fuga da ditadura salazarista (Estado Novo) e da Guerra Colonial em África.

Neste período, os portugueses já estavam plenamente integrados na sociedade brasileira, dominando setores como construção civil, comércio e indústria.

Século XXI (atualidade)

Nos últimos anos, houve um ligeiro aumento na migração de portugueses para o Brasil, especialmente após a crise económica em Portugal entre 2010 e 2015.

Esta fase é marcada pela saída de profissionais qualificados (engenheiros, médicos, professores) e investidores atraídos

por oportunidades no Brasil. Atualmente, a comunidade portuguesa no Brasil é uma das mais numerosas, embora a migração tenha diminuído nos anos mais recentes. A presença portuguesa é assinalada pela participação de descendentes portugueses em várias áreas da sociedade brasileira, o que também contribui para o aumento do intercâmbio cultural e económico entre o Brasil e Portugal. Mais recentemente, assinala-se o movimento inverso de brasileiros vindo para Portugal em busca de melhores condições de vida.

Da história retira-se que a diáspora portuguesa no Brasil foi fundamental para a formação do país, influenciando a cultura, a língua, a economia e a identidade nacional. Embora as ondas migratórias tenham diminuído, a herança portuguesa continua presente em diversas esferas da sociedade brasileira.

Obras de Capa

6 anos

A promover arte, artistas, escritores e a língua portuguesa



Carlos Farinha
Ismaël Sequeira
Erika Jâmece
Sónia Aniceto
João Timane
Marcelo Panguana
Cristina Troufa
Pedro Almeida Maia



| PELA LENTE DE
**António Pedro
Ferreira**



© Manifestação do 1º de Maio em Paris. 1-05-1983 PT/AMLSB/APF/000001



© Bairro Social - La Pampa - Cité de transit. 1983 PT/AMLSB/APF/000003



© Jogo da malha - Pátio da igreja de Gentilly. 1884 PT/AMLSB/APF/000008



© Jogo de cartas - La Pampa - Cité de transit. 1983 PT/AMLSB/APF/000009

arquivomunicipal de lisboa
fotográfico



© Piquenique em La Pampa - Cité de transit. 1982 PT/AMLSB/APF/000010



© Partida dos emigrantes portugueses para passar o Natal em Portugal - Gare d'Austerlitz. 12-1982 PT/AMLSB/APF/000014

António Pedro Ferreira nasceu em Lisboa, em 1957.

A paixão pela fotografia surge cedo e por volta dos 10 anos obtém a sua primeira máquina. Ainda no liceu Padre António Vieira aproveita as visitas de estudo para fazer as suas primeiras “reportagens” e, é ali também, que apresenta a primeira exposição, ainda como aluno. Em 1975 inicia a formação superior na Faculdade de Medicina de Lisboa. Ainda que tenha concluído o curso e realizado o seu estágio no Hospital dos Capuchos, a fotografia falou mais alto.

Em 1978 abandona a Medicina, em termos profissionais, e inicia-se como fotógrafo na revista Música e Som, onde publica a sua primeira fotografia, mudando-se pouco depois para a revista TV Guia.

Nesse mesmo ano vê publicada uma foto sua no jornal Expresso.



© Emigrantes no Sud-Express. 1984 PT/AMLSB/APF/000015



© Demolição do primeiro prédio, no bairro social - La Pampa- Cité de transit. 1984 PT/AMLSB/APF/000018

Em 1980 viaja pela primeira vez até Paris na companhia do amigo, e também fotógrafo, Luís Carvalho. É, aliás, nessa época que toma contacto com a obra de Henri Cartier-Bresson que muito o impressiona. Em Paris contacta com uma realidade totalmente diversa da portuguesa. Em Portugal pouco mais havia que o Século Ilustrado, onde a divulgação das fotografias de Eduardo Gageiro eram já, na altura, um ponto de referência para António Pedro Ferreira e muitos fotógrafos da época.

Na capital francesa entra pela primeira vez no universo internacional da fotografia. Ali, percorre exposições e conhece nomes de referência que o vão marcar e influenciar, de sobremaneira, o seu trabalho, nomeadamente o do editor Claude Loury e de Jean-Claude Lemagny, diretor de estampas e fotografias da Biblioteca Nacional de Paris, a quem entrega um portfólio. Nesta altura estabelece, também, os primeiros contactos com a agência Magnum.

1982: os portugueses em França

É o realizador António Pedro Vasconcelos quem, durante uma entrevista para a TV Guia, lhe fala na existência de uma bolsa de pós-graduação do Ministério da Cultura que, nesse ano, contemplava pela primeira vez a fotografia e cuja temática era os portugueses em França.

Decidiu então concorrer e, para isso, pede a Jean-Claude Lemagny que seja o orientador da mesma obtendo ainda, por sugestão do seu amigo José Reis, também fotógrafo, uma carta de recomendação da agência Magnum. Parte para Paris em 1982, onde fica durante cerca de dois anos, percorrendo de perto o universo da comunidade emigrante portuguesa e fotografando tudo o que pode do seu dia a dia. Esta série fotográfica que viria



© Partida dos emigrantes para Portugal, Porte de Charenton. 12-1982 PT/AMLSB/APF/000011



© Partida dos emigrantes portugueses para Portugal - Porte de Charenton. 12-1982 PT/AMLSB/APF/000016



© Arrebita, alcunha da padeira de Fontenay - Fontenay-sous-Bois. 1983 PT/AMLSB/APF/000026



© Jovens rapazes em Jagney. 1982 PT/AMLSB/APF/000032



© Festa do 25 de Abril em Fontenay-sous-Bois. 1983 PT/AMLSB/APF/000034



© Ensaio de grupo folclórico - Fontenay-sous-Bois. [1982] PT/AMLSB/APF/000038.



© Emigrante portuguesa-La Pampa - Cité de transit - St. Denis. [1983] PT/AMLSB/APF/000040

a ser umas das mais significativas do seu trabalho espelha, sobretudo, uma comunidade em transição para as cités de transit, nomeadamente para La Pampa, em Saint Denis ao norte de Paris, e também outros locais onde a comunidade se vai instalando.

Expõe este trabalho em 1983, no Centro George Pompidou em Paris e mais tarde, em 1996, no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, acabando a autarquia por adquirir 40 fotografias desta série fotográfica.

Em 2010 repõe algumas imagens deste projeto na galeria Kamerofoto em Lisboa, numa outra exposição que intitulou, “Segunda Escolha”.

Como foto jornalista, ao longo da sua carreira, António Pedro Ferreira cobriu eventos em diversos pontos do globo, nomeadamente na Etiópia, Paquistão, Tailândia, Peru, Moçambique, Angola, Brasil, Tanzânia e Burundi.

De todos eles, o trabalho que realizou no Kosovo em 1999, onde esteve com a jornalista Luisa Meireles, foi um dos que mais o impressionou pela sua enorme intensidade, não só do ponto de vista fotográfico, mas também humano.

Os Rostos de Fátima

Desde 1979, António Pedro Ferreira iniciou no Santuário de Fátima a realização de um conjunto de fotografias que considera um dos projetos mais fascinantes do seu trabalho. Com estas imagens publicou, em 2017, o livro “Fátima 1979-2006”. As fotos dariam, aliás, origem em 2021 a uma exposição, no próprio santuário, integrada na série “Rostos de Fátima”. António Pedro Ferreira trabalha desde 1987 para o jornal Expresso, integrando desde 1989 os quadros deste jornal. O seu trabalho foi publicado em diversas revistas internacionais, como a “Time” e “Libération”, tendo sido distinguido, em 1996, com o Grande Prémio Gazeta de Jornalismo.

Mário Gouveia



PROGRAMA REGRESSAR

Portugal foi sempre a nossa casa

Acho que primeiramente é importante dar algum contexto para perceberem de onde vem o meu bichinho das viagens... Eu fui o chamado acidente. Nasci depois de 3 irmãos mais velhos, com uma diferença de 20 anos, e com uma mãe supostamente a entrar na menopausa. Eu apareci de surpresa e para mudar o mundo, o deles e não só!

Foi o meu nascimento que levou os meus pais a mudarem radicalmente do Alentejo profundo, onde tiveram uma tasca por mais de 20 anos, para o Alentejo da borda de água (Sines). Nessa mudança, e depois de 20 anos a trabalhar na tasca da família, cansada de cozinhar petiscadas sem fim e das noites longas regadas a vinho e com muita testosterona, a minha mãe resolveu que iria mudar de vida depois dos 40 e todo o dinheiro que conseguiria guardar do trabalho que arranjou como doméstica, seria para viajar e correr o mundo. Por isso, desde pequena que a via a ir sozinha nas excursões, resolvida a conhecer todos os países que conseguisse. Cada tostão era para essa paixão assoberbada por passear e eu sempre achei extraordinário essa força de vontade, depois de tantos anos de trabalho ininterrupto. O meu pai ficava em casa porque não gostava de viajar, e eu também, a sonhar um dia

seguir-lhe as pegadas. Aos 65 anos da minha mãe, e eu com 20 e pouco, fomos as duas fazer um Interrail pela Europa. Era o sonho dela e eu juntei-me à loucura. Em 22 dias conhecemos 11 países, muita cultura e muito, muito cansaço... foi uma aventura inesquecível de mochila às costas, e que daria muitas páginas...

Mas o meu bichinho começou aí. Com ela.

Mas como viajar não era propriamente uma profissão, entrei em Biologia em Évora, porque outro sonho meu era salvar os gorilas. Ser a Diane Fossey!

Em Évora apaixonei-me pela biodiversidade do Alentejo e pela conservação da natureza. E foi assim que comecei a trilhar esse caminho profissional, aproveitando todas as oportunidades de viajar que conseguia. Fiz Erasmus em Itália, na região da Calabria, que se tornou na minha primeira grande experiência a viver fora do país.

Quando terminei o curso, e fazendo um desvio na conservação, resolvi dar uma oportunidade ao meu sonho dos gorilas e fiz por isso a minha tese de licenciatura estudando o comportamento de gorilas cativos no zoo de Barcelona, onde vivi 1 ano. Aí trabalhei a fazer bocadillos para aguentar o custo de

vida da cidade, enquanto fazia o meu trabalho de fim de curso, e foi assim que juntei mais uma experiência internacional ao meu currículo. Apesar de não ter conseguido fazer a minha tese com gorilas selvagens, senti-me um bocadinho mais perto de África e deles.

Mas foi só 5 anos depois, e já com alguma carreira de conservação em Portugal, que a minha oportunidade de ir para o continente africano apareceu. Um antigo professor partilhou uma oportunidade de emprego para ir certificar ambientalmente os hotéis na Ilha do Príncipe. Ao mesmo tempo, apareceu-me uma oportunidade na área da conservação nos Açores e eu fiquei dividida. Acabei por escolher ir para o Príncipe, pois apesar de não ser um trabalho na minha área, era uma oportunidade em África - como recusar? E afinal, seriam só 6 meses...

Mas 6 meses transformaram-se em 11 anos e ainda hoje nem sei como...

Foi no Príncipe que me apaixonei.

Pela Ilha. Pelas pessoas e pelo Fernando. Conheci o meu madeirense (fomos trabalhar para a mesma empresa) na Ilha e foi aí que encontrei também a minha missão, mudar o mundo, uma ilha de cada vez.

Na Ilha, certifiquei os dois primeiros hotéis em África com o *Biosphere Responsible Tourism*, e fui suportando o Governo Regional nos projetos da Reserva da Biosfera da Ilha do Príncipe. Fui também Diretora da Fundação Príncipe, uma ONG local que se tornou, nos 7 anos da minha gestão, na maior e mais relevante ONG no país. Com uma equipa de 67 pessoas, 98% locais, criámos oportunidades de desenvolvimento económico e social para a comunidades locais, enquanto protegíamos as espécies e habitats da Ilha.

Foi também no Príncipe que nasceu a nossa grande paixão, o nosso filho Joaquim. E o nosso privilégio de viver no Príncipe ainda se tornou mais relevante, porque ter a oportunidade de criar um filho neste paraíso, foi de facto extraordinário. O Joaquim teve uma infância extremamente feliz no Príncipe, e não podíamos ser mais gratos por isso! Mas como pais, as deficiências da Ilha a nível de saúde e educação, começaram a preocupar-nos. Além disso, a distância da família, os pais a ficarem velhotes e as lonjuras do nosso país, começaram a fazer-nos pensar em regressar a Portugal.

Esta decisão foi bastante ponderada, mas acabou por ser acelerada com a saída mais cedo do Fernando para uma oportu-

nidade de trabalho na Repsol. Para aceitar que era tempo de regressar, ficou só a faltar o cumprimento do meu objectivo profissional: deixar a Fundação Príncipe com um Diretor local. O meu sonho era ficar desempregada. Acordar um dia e sentir que já não era necessária, que a minha organização já não precisava de mim. E foi quando encontrei o meu sucessor que senti que sair era a decisão mais sustentável e responsável para a minha organização e que eu estaria pronta para um novo desafio, uma nova Ilha. Estava pronta para ir atrás do Fernando!

Deixei a minha organização em muito boas mãos, mas a ligação ao Príncipe continuou, não só no amor pelas pessoas mas também porque deixámos um alojamento local - a Roça Atalaia, onde partilhamos o nosso cantinho especial no paraíso com quem nos quiser visitar!

Regressámos a Sines, minha terra, e onde também tínhamos já aberto outro alojamento local, a Villa Saudads (em Portugal), por isso já tínhamos alguma base criada para o nosso regresso.

O Fernando já tinha regressado e assentado as bases, e já tinha concorrido ao Programa Regressar. Foi ele me deu a conhecer o Programa e partilhou comigo os contactos certos. Para mim, que regressei sem ter ainda um trabalho definido, os apoios financeiros do Programa foram sem dúvida uma lufada de ar que me permitiu regressar a casa, com calma e tranquilidade.

O processo foi relativamente fácil e a equipa foi sempre extraordinária e rápida no esclarecimento de dúvidas. Fiquei surpreendida com a rapidez e facilidade do processo. No meio de toda a burocracia de uma mudança de vida, a facilidade do Programa Regressar foi sem dúvida uma lufada de ar fresco.

Regressámos a Portugal - eu, o Joaquim (o Fernando já tinha regressado), e trouxemos ainda a nossa comadre Maya com os 3 filhos, que emigraram do Príncipe para Portugal. Tínhamos que trazer um bocadinho do Príncipe connosco! O Programa Regressar fez-nos sentir bem-vindos ao nosso país, e não podíamos estar mais gratos. Sentimo-nos tão bem-vindos de voltar que trouxemos também uma Jacinta na barriga, sem sabermos.

Hoje somos 4, e passado 1 ano, parece que o Príncipe foi noutra vida, e que Portugal foi sempre a nossa casa, e a verdade é que nunca deixou de ser!



Estrela Matilde
Bióloga



| VIAGEM LUSITANA

Diplomacia & Revolução

Poderosa Assinatura - Revolucionário Cravo

Como Eternas Tochas ao Vento contam da Diplomática Caneta e da Coluna Militar, que desafiaram a Ditadura para Vidas salvarem. Duas Vidas - Dois Fados que escreveram Glória na História Lusitana

*Heróis de Portugal –
Proféticas Palavras pronunciaram.
Somente no Futuro – seu Valor revelaram. No Mapa dos Heróis
a brilhar:
Castelo de Vide, Cabanas de Viriato – Seus Fados a contar:
De Cabanas de Viriato para Bordéus viajou a Coragem.
“Vou salva-los todos!” – Histórica Mensagem.
De Castelo de Vide para Lisboa: “Acabar com isto!” – a História
coroa. Viveram Vidas diferentes.
Ambos foram consequentes. Entre Solidão e Desobediência –
Venceu a Consciência.
Fielis formaram heróica “Confraria”.
Diplomatas e Militares – “Proteger a Humanidade!”, regia. A fa-
vor do Bem lutaram.
Suas Vidas arriscaram. Diplomata e Militar – Vidas decidiram
salvar. Cônsul e Capitão –
Com Consciência e Coração. A Desobediência escolheram. A Dita-
dura enfrentaram. Contra o Tempo cada Missão.
“Não desistir!”, bater do Coração.
O Saber do Perigo perante a Ditadura. Defender a Humanidade
– a Leitura.
O Ponteiro do Relógio avançava.
Hesitar no tempo – Inimigo! Não perdoava. Conheciam as con-
sequências.
Porém –
À Justiça apresentaram Reverências. Com Persistência e Humil-
dade – Defenderam a Verdade.
Aos seus Princípios juraram Lealdade.
Com Dignidade – Plaidoyer da Humanidade. Caneta, Tinta e
Papel –*

*Ao seu Fado fiel. Chaimite e Espingarda – Orgulho no Poder da
Farda.
Quando a Coluna de Santarém partiu – O Herói do Passado tam-
bém seguiu. Presente a Descendência –
Idêntica Consciência: Francisco Sousa Mendes.
De Madrugada a Lisboa chegaram. Ao Sinal Vermelho ainda pa-
raram. Para Sinal e Passado olharam. Revolução!
Com Sirenes para o Terreiro do Paço avançaram. A Coragem a
guiar.
Liberdade –
Conseguiram conquistar.
Em Vida não se encontraram.
Porém –
Mesma Data para a Eternidade conheceram. Caminhos de Sal-
vação construíram.
Na Memória ficaram. Eterno Capitão – Eternidade na Terra Na-
tal. Ilustre Diplomata –
Para sempre no Panteão Nacional.
Portugal
Pequeno País na Esfera Mundial. Escreve Grande História Inter-
Nacional. Orgulhoso dos Corajosos Capitães –
Do Seu Diplomata “Justo entre as Nações”.
O Destino escolheu –
O Inimigo temeu.
A História escreveu. O Imperativo venceu: “Vidas e Liberdade sal-
var!” Vidas ofereceram.
Com humilde Fado do Heroísmo ...
venceram. Hoje –
Jamais esquecidos. Para sempre –
Na História reconhecidos.*



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta

| FALAR PORTUGUÊS

Por que razão não chamamos «primeira-feira» ao domingo?



Uma pergunta do meu filho levou-me numa viagem pelos dias da semana — até chegar ao século VI...

Um dia destes, enquanto se despachava para ir para a escola, o Simão perguntou:

— Hoje é sexta-feira?

— Sim, é!

Calou-se, a pensar.

— Sabem uma coisa que eu não percebo sobre o mundo? A minha mulher e eu olhámos um para o outro, com algum medo.

— Diz lá...

— Se há segunda-feira, porque é que não há primeira-feira? Sorrimos e lá lhe dissemos que tinha de se despachar — e que, no fundo, a primeira-feira era o domingo! Ele não ficou

muito convencido. O domingo é o domingo, ponto final. Mas, enfim, o relógio avançava e a escola estava à espera.

Fiquei a pensar na pergunta dele. Há, de facto, uma história por trás dos nomes dos dias úteis — e tem algumas surpresas. em árabe e em hebraico, os dias seguem uma ordem parecida com a nossa: a segunda-feira é o segundo dia.

Descobri através de Gaston Dorren (o autor do excelente livro *Babel: Around the World in Twenty Languages*), que o vietnamita também relaciona a segunda-feira com o número dois... Será que foi influência nossa, que para lá levámos as letras do alfabeto?

Quem inventou estas feiras todas?

Chegou a altura de viajar no tempo e perceber de onde vêm as nossas feiras...

Se as outras línguas das redondezas mantêm a tradição romana de dar nomes de deuses aos dias, neste recanto da península alguém se lembrou de lhes dar outros nomes. O culpado foi São Martinho de Dume, bispo de Braga que, no século VI, quis dar nomes menos pagãos aos dias da Semana Santa. Pelo menos nessa semana! — diria o bispo.

Ora, a Semana Santa era toda de descanso e oração — uma semana feita só de feriados...

O primeiro feriado era mesmo o Domingo de Ramos, que já

tinha nome bem cristão («Dia do Senhor») — e assim ficou. Pois bem, os dias seguintes ganharam novos nomes [baseados nos nomes já então usados na liturgia da Igreja*]: segundo feriado («secunda feria»), terceiro feriado («tertia feria»), quarto feriado («quarta feria») — e por aí fora...

Com o tempo, esses nomes passaram a usar-se para designar os dias de todas as semanas do ano.

Note-se que São Martinho de Dume era um bispo de Braga, cidade do Reino dos Suevos, a antiga Galécia romana. Assim, os nomes com «feira» tornaram-se típicos da língua dessa zona, língua que se continuou a falar pelos séculos fora até chegar ao português e ao galego dos dias de hoje.

Ainda encontramos quem use os nomes com «feira» na Galiza — e há até uma campanha para recuperar os nomes tradicionais. Depois, numa reviravolta que responde ao meu filho, há quem tenha encontrado o termo «primeira-feira» como referência ao domingo — nalgumas aldeias da Galiza!

Enfim, há de facto coisas espantosas neste mundo, como diria o Simão. Os nossos dias de trabalho são precisamente os dias com «feriado» no nome... — As voltas que as línguas dão!

Resta-me desejar a quem me lê um bom resto de primeira-feira...



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

| FISCAL

Ventos fortes

Recentemente, Portugal foi afetado por ventos fortes, frequentemente associados a consequências negativas, contudo, estes fenómenos climáticos, proporcionam importantes benefícios ecológicos às florestas.

O vento forte contribui para a queda de árvores envelhecidas, debilitadas ou doentes, favorecendo uma melhor penetração da luz solar e estimulando o crescimento de nova vegetação.

Adicionalmente, ao criar clareiras, promove diferentes habitats e nichos ecológicos, beneficiando inúmeras espécies de flora e fauna. A exposição frequente ao vento forte fortalece ainda os sistemas radiculares e estruturais das árvores, aumentando a sua resistência a eventos climáticos futuros.

Assim, apesar dos impactos iniciais, os ventos fortes desempenham um papel crucial na manutenção da vitalidade e sustentabilidade dos ecossistemas florestais.

Em paralelo, é possível analisar positivamente algumas medidas da administração Trump relativamente à Europa e, em particular, a Portugal.

A imposição de tarifas de 25% sobre importações americanas de aço e alumínio, pode representar uma oportunidade estratégica, incentivando as empresas europeias a diversificarem mercados, aumentando a sua resiliência e capacidade inovadora.

O memorando “America First Investment Policy” visa atrair investimento estrangeiro para os EUA, criando oportunidades significativas para empresas europeias investirem e adquirirem negócios americanos, ampliando assim o seu alcance global.

Adicionalmente, o esforço da administração Trump para reduzir subsídios massivos a empresas americanas pode nivelar o campo competitivo, favorecendo empresas europeias anteriormente desfavorecidas. O movimento desregulador americano, desafia igualmente a União Europeia a reavaliar o seu quadro regulador, criando um ambiente mais favorável ao investimento e empreendedorismo europeu.

Também a suspensão da legislação americana que restringia as empresas de realizar pagamentos estratégicos a governos estrangeiros, pode ser interpretada como uma tentativa de conter a influência da China e da Rússia em regiões estratégicas, em África e outras geografias, permitindo que empresas ocidentais, incluindo as europeias, ganhem maior espaço competitivo.

A administração Trump tem feito um grande esforço para alertar a EU para ser mais independente e adulta, cortando o cordão umbilical com os EUA, a EU não pode ser a eterna adolescente que vive na segurança da casa dos pais. Tem de se fazer à vida e crescer, procu-

rar ser igual ou melhor que os seus pais. Por isso, também o aumento da pressão norte-americana para que a Europa eleve os seus gastos em defesa. Toda esta conjuntura, pode, realmente, gerar impactos económicos significativos, semelhantes aos observados com o Plano Marshall, beneficiando setores industriais, tecnológicos e de serviços.

A Europa pode beneficiar de uma revitalização da sua economia, há muitos anos desejada, fortalecendo e aprofundando relações económicas com países de todo o mundo.

Deste modo, caso estas políticas americanas continuem com a mesma intensidade, podem contribuir para revitalizar a economia europeia, incentivando as empresas a adotarem a inovação, aumentarem a sua competitividade, diversificarem mercados e expandirem operações internacionais. É o momento das empresas portuguesas tomarem iniciativa aproveitando o facto de termos comunidades portuguesas em todo o lado, nos EUA, na EU e no RM. Vivemos um momento intenso de oportunidades!

Já nós os cidadãos, podemos também seguir as indicações de Trump, evitando comprar produtos e serviços americanos, contribuindo para a tão desejada independência europeia face ao EUA.



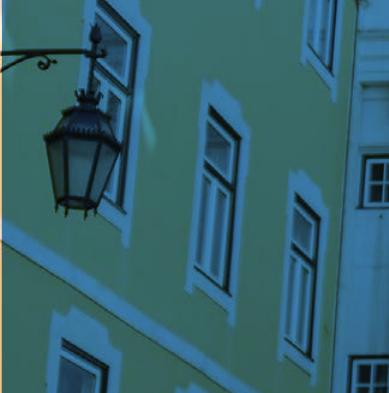
Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt



Portugal is a perfect destination



You can live better with less money, enjoy a superior quality of life and experience a vibrant and diverse culture.

Get your
number
one agency



Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt